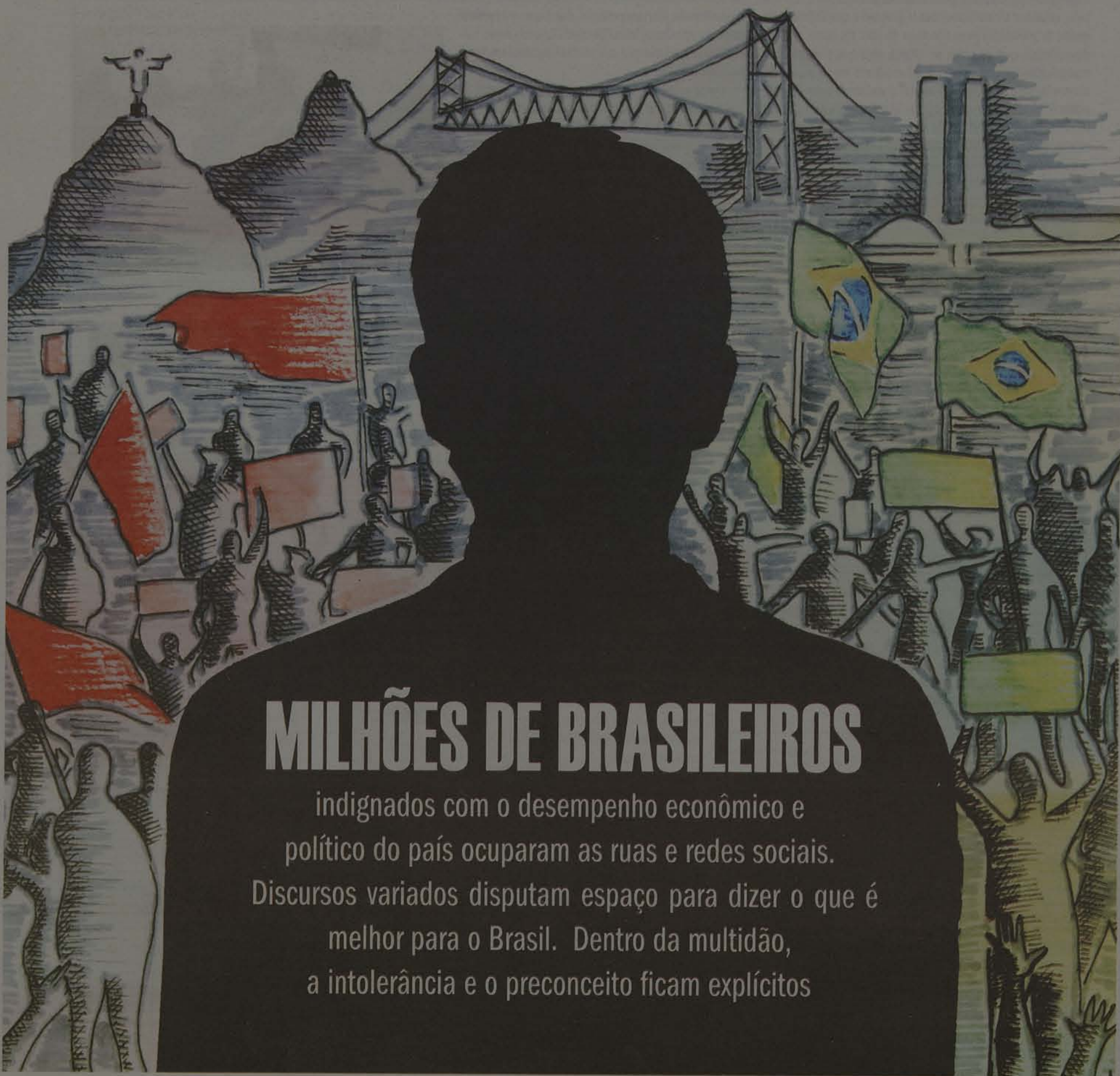




# ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2015 - ANO XXXIV, NÚMERO 1



## MILHÕES DE BRASILEIROS

indignados com o desempenho econômico e político do país ocuparam as ruas e redes sociais. Discursos variados disputam espaço para dizer o que é melhor para o Brasil. Dentro da multidão, a intolerância e o preconceito ficam explícitos

# Manifestar sempre, mas consciente de suas exigências

O tema da primeira edição do *Zero* de 2015 já estava definido antes mesmo do semestre começar, e não poderia ser diferente. As marchas marcadas para acontecerem no Brasil, nos dias 13 e 15 de março, eram o assunto principal nas redes sociais, ambientes acadêmicos, familiares e de trabalho. Centenas de milhares de pessoas confirmavam presença em eventos e incentivavam seus amigos a comparecer. E a expectativa se concretizou. Durante os dois dias, ao menos 25 estados brasileiros tiveram manifestações.

Desde as eleições presidenciais de 2014, o Brasil vive um momento de forte polarização. A população se sente obrigada a ter uma opinião, a se posicionar diante dos fatos. De um lado, cidadãos insatisfeitos com o governo e que defendem a queda da presidenta para o avanço do país. De outro, pessoas descontentes com as ações de Dilma, mas que propõem outras soluções. Acreditamos que o jornalismo tem o papel não apenas de informar, mas de ajudar a construir uma opinião pública crítica diante da realidade. Por isso, buscamos trazer uma abordagem diferente de como é feita na mídia convencional. Entendemos que o *Zero* é um jornal-laboratorial e, exatamente por isso, é um espaço de experimentação: tanto de ideias novas, quanto para sentir a responsabilidade que temos ao exercer nossa profissão.

Vemos os protestos como a forma mais efetiva de chamar a atenção dos governantes, exercitar a democracia e usufruir da liberdade de expressão. Sustentamos, no entanto, que toda manifestação de pensamento deve ser baseada em argumentos firmes e informação de qualidade. O cidadão

deve ir para a rua sim, mas consciente do que exige. Nossa função é contribuir para a formação dessa consciência com informação completa e de qualidade, buscando o máximo de objetividade ao transmitir os fatos, mas sem anular nossa subjetividade. Com essa ideia em mente, dedicamos o mês de março à política para que no próximo manifesto, já com data marcada, cada indivíduo possa reivindicar com mais convicção.

Nossos repórteres foram às ruas nos dias 13 e 15 de março compreender os protestos e procurar, afinal, o que os manifestantes exigiam. A partir desse panorama, definimos pautas que estavam relacionadas com os atos. Algumas das reivindicações são encontradas nas páginas 10 e 11 do jornal. Ainda demos atenção ao pedido dos manifestantes que caminharam pela Beira-Mar de Florianópolis no domingo: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Entenda como funciona o procedimento e se é possível no atual contexto, na página ao lado.

Outra exigência que pautou ambas passeatas foi a reforma política. Assunto muito falado na imprensa brasileira, mas pouco esclarecido, foi elucidado nesta edição. Explicamos os pontos que a reforma política engloba e conferimos o andamento dos projetos que já tramitam na Câmara e Senado. Descobrimos dois novos partidos que estão para ser homologados pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TSE), somando-se às outras 32 legendas partidárias existentes no Brasil.

Embora os protestos tenham sido pacíficos, sem nenhum incidente ou conflito maior, percebemos nas

redes sociais, como Twitter e Facebook, que a presidenta vem sendo alvo de críticas ferozes por diversos segmentos da população. Em geral, não é mencionado seu desempenho como chefe de governo. Ao contrário, ela é atacada por questões pessoais e de gênero. Esclarecemos que existe crime quando se faz discurso de ódio na internet e conferimos como o fato de Dilma ser mulher influencia esse criticismo.

Nossa equipe conta com 34 estudantes, isso não significa que colocaremos menos dedicação nesta e nas próximas três publicações. Pelo contrário: com um grupo mais volumoso, recai sobre nós responsabilidade ainda maior de exercer cada tarefa com mais empenho. Deixamos claro nosso compromisso nas próximas 14 páginas. Desejamos uma boa leitura!



Equipe planeja cobertura das manifestações em Florianópolis

## NOTA DA REDAÇÃO

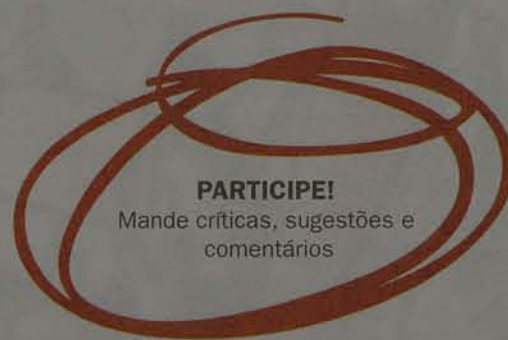
Nas 16 páginas que o leitor tem em mãos, há muito mais do que jornalismo. Há, na verdade, um convite ao debate social, à crítica política e à formação de uma opinião embasada, longe do entendimento de que propomos uma verdade ou que um dos lados, direita ou esquerda, está certo. O convite de leitura de que falo, agora em nome dos alunos que produzem o *Zero* neste semestre, tem explícito duas torcidas: a manutenção da democracia e, por consequência, o livre exercício de expressar – e comunicar – ideias, pensamentos e opiniões, direito garantido na Constituição Federal.

Em um momento político nebuloso em que se ouve a defesa de regimes totalitários e militares, como se não tivéssemos vencido a ditadura há apenas 30 anos, é nosso compromisso informar com profundidade e analisar com propriedade o contexto que tanto polariza a sociedade atualmente. E foi, sem dúvida alguma, o que estes jovens repórteres fizeram, como quem já traz na bagagem muita história para contar, com habilidade de ouvir, discutir e escrever como fazem e/ou fizeram os bons jornais.

Marcelo Barcelos,  
professor da disciplina

## MEMÓRIA

Cobrir manifestações políticas não é novidade para os repórteres do *Zero*. A edição de outubro de 1992 registrou um momento marcante na história do país, o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Naquela ocasião, mais de cinco mil pessoas se reuniram em frente à Catedral Metropolitana, para assistir num telão, a votação do processo contra Collor. Estudantes da UFSC se juntaram a professores e servidores e saíram em passeata pró-*impeachment*. Colégios suspenderam as aulas e liberaram os estudantes para se juntarem à multidão que tomou as ruas da cidade. A comemoração aumentou quando a votação chegou aos 332 favoráveis à saída de Collor. Quase todos deram as mãos e vibraram juntos, “povo unido jamais será vencido”.



**PARTICIPE!**  
Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Facebook - /jornalzero

Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo

- Centro de Comunicação e Expressão,

UFSC, Trindade, Florianópolis (SC)

CEP: 88040-900

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIV - Nº 1 - Março de 2015 **REPORTAGEM** Anaíra Samento, Anderson Spessatto, André Picolotto, Aramis Merki II, Beatriz Santini, Bruna Carolina, Cintya Ramlov, Djalma Júnior, Elva Gladis, Gabriela De Toni, Glória Iruegüi, Larissa Gaspar, Leonardo Franzoni, Leonardo Lorenzoni, Lucas Amarildo, Luiz Fernando Menezes, Manuela Tecchio, Marina Gonçalves, Matheus Moreira, Nicolas Quadro, Rômulo Garcia, Samantha Sant'Ana, Vitória Greve **EDIÇÃO** Michele de Mello, Natália Duane, Djalma Júnior, Lucas Amarildo **EDITORIAÇÃO** Bruna Carolina, Elva Gladis, Giuliane Gava, Larissa Gaspar, Lucas Amarildo, Maicon Rios, Marina Gonçalves, Natália Duane, Tiago Ghizoni **FOTOGRAFIA** André Picolotto, Cintya Ramlov, Elva Gladis, Giuliane Gava, Larissa Gaspar, Luiza Kons, Matheus Moreira, Tiago Ghizoni **INFOGRAFIA** Elva Gladis, Cintya Ramlov **ILUSTRAÇÃO** Luiz Fernando Menezes, Amanda Ribeiro **CAPA** Nina Cohen **PROFESSOR-RESPONSÁVEL** Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 **MONITORIA** Luísa Tavares, Mateus Vargas **IMPRESSÃO** Gráfica Grafnorde **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 26 de março

★  
Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

★  
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994

★★★★★  
Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-  
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Março de 2015

**ZERO**

Cassação

# Impeachment é cobrado como solução

Para ser afastado, governante precisa ser condenado por crime de responsabilidade

Impedir que Dilma Rousseff continuasse na presidência foi a reivindicação daqueles que lotaram as ruas do dia 15 de março. *Impeachment*, expressão em inglês usada para se referir ao processo de cassação de mandato do chefe do poder executivo, foi a palavra mais levantada nos cartazes e mais entoada pelas multidões.

No Brasil, o *impeachment* foi inserido pela primeira vez na Constituição de 1891, inspirado no modelo estadunidense. O mecanismo passou então a ser previsto em todas as Constituições seguintes. O professor de Direito Constitucional da UFSC, Alexandre Botelho, explica que o *impeachment* existe para garantir ao povo que, caso o presidente viole uma regra democrática, ele possa ser deposto antes do fim do seu mandato.

As primeiras movimentações pedindo a saída da presidenta Dilma começaram nas redes sociais logo após os resultados das eleições do ano passado, a mais acirrada desde o fim da ditadura militar, que terminou com a reeleição da candidata do PT por uma pequena diferença no segundo turno - três pontos percentuais, o equivalente a cerca de 3 milhões de votos -, e a derrota de Aécio Neves (PSDB).

Três meses depois do início do novo mandato da presidenta Dilma, as ruas ficaram lotadas, e

os argumentos dos que pedem pelo *impeachment* envolvem a indignação com os escândalos de corrupção da Petrobrás, a inflação, a alta do dólar e o aumento do preço da gasolina.

Para a decepção de muitos que pedem pelo *impeachment*, não seria Aécio Neves o novo presidente do Brasil caso Dilma realmente perdesse seu cargo. Também não seria um abaixo-assinado, ou curtidas no Facebook, que definiriam este processo. Tirar a governante do Palácio do Planalto não é tão simples como pode parecer.

Para que o *impeachment* aconteça, é necessário que existam provas de que o atual presidente cometeu um crime de responsabilidade, como, por exemplo, improbidade administrativa ou crimes contra a existência da União.

"Não vejo até o momento nenhum indicativo de que a presidenta Dilma tenha praticado qualquer crime de responsabilidade. Então não há base para um processo de *impeachment*. Eu vejo um grupo de pessoas insatisfeitas com a eleição do ano passado querendo usar um mecanismo que não tem cabimento", afirma Botelho.

Beatriz Santini

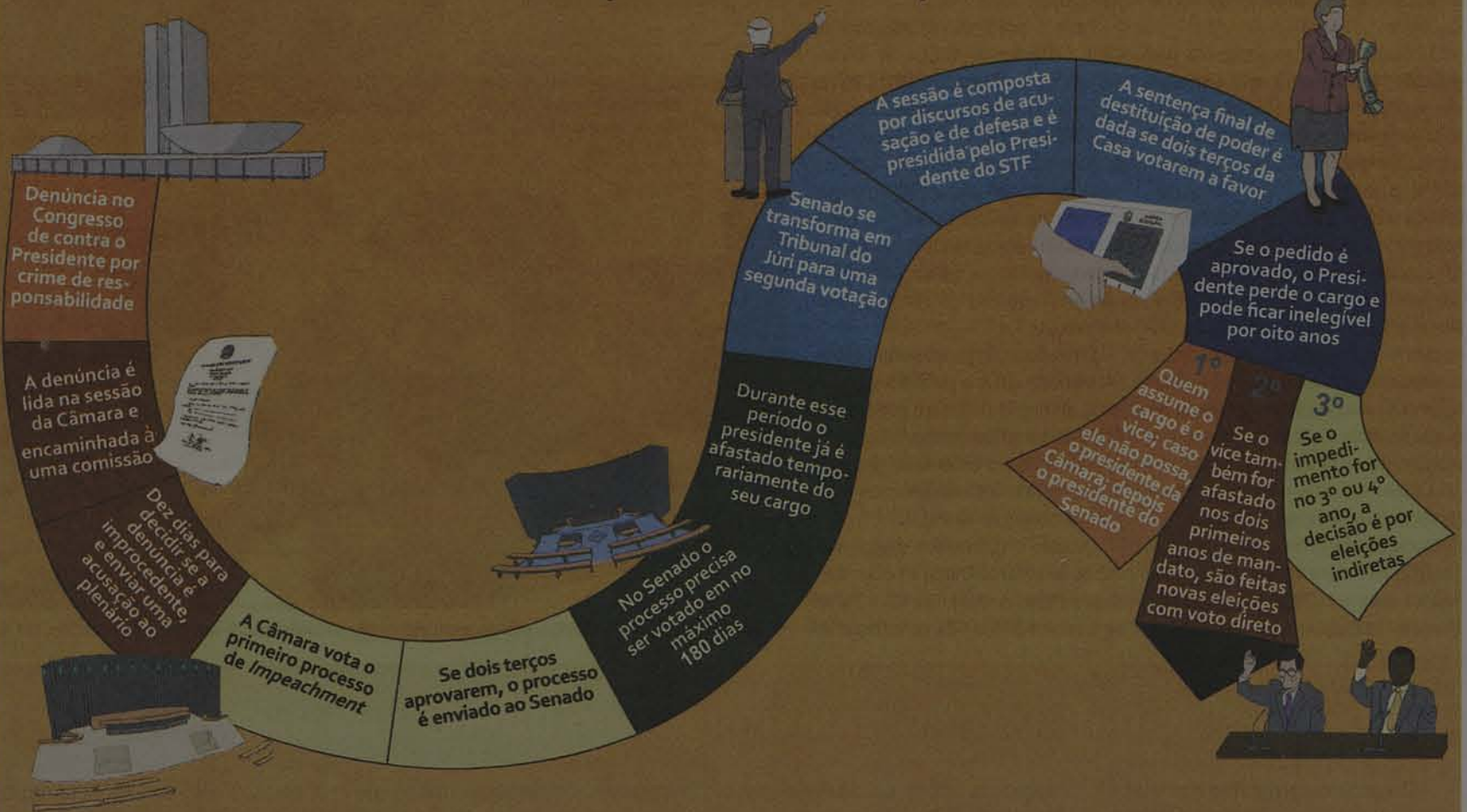
beatrizsantini@gmail.com

Vitória Greve

vitoriagreve08@gmail.com

Infografia: Elva Gladis Ilustrações: Luiz F. Menezes e Amanda Ribeiro

## Entenda como funciona um processo de impedimento



Michel Temer

Michel Temer, 74 anos, natural de Tietê (SP), é presidente do PMDB desde 2001 e está no segundo mandato como vice-presidente do Brasil. Considerado por políticos como um grande conciliador, apoiou Fernando Henrique Cardoso em 1997, quando foi deputado federal e presidente do Congresso - cargo que ocupou por três vezes. Em 2001, fez campanha para José Serra, mas se aliou ao PT no ano seguinte, após a eleição de Lula. Declarou um patrimônio de cerca de R\$ 7,5 milhões nas eleições de 2014.



Eduardo Cunha

O economista Eduardo Cunha, 56 anos, natural do Rio de Janeiro, está no quarto mandato como deputado federal pelo PMDB-RJ. Antes de iniciar a carreira política em 2001, era executivo das telecomunicações. Em 2000, teve denúncias de irregularidades administrativas arquivadas, após o pedido de licenciamento da função de subsecretário da Companhia Estadual de Habitação do RJ. Eleito presidente da Câmara este ano, Cunha assumiu posição contrária ao governo Dilma. Nas eleições de 2014, declarou patrimônio de cerca de R\$ 1,6 milhão.



Renan Calheiros

Renan Calheiros, 59 anos, natural de Murici (AL), está no terceiro mandato como senador pelo PMDB-AL. Calheiros precisou renunciar ao cargo em 2007 por causa do seu envolvimento no mensalão. Na época, sofreu denúncias de que suas contas pessoais eram pagas com dinheiro de propina de lobistas. Foi nomeado ministro da Justiça em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2014, declarou cerca de 2,1 milhões de patrimônio e é dono da empresa Agropecuária Alagoas, que foi processada pelo Ministério Público Federal em 2012 por dano ambiental.

# Atos pró-*impeachment* fazem alusão a Collor, mas cenário político é outro

Níveis de desemprego e inflação são menores em 2015

Milhares de pessoas saíram às ruas no dia 15 de março levantando cartazes e gritando palavras de ordem pedindo o fim da corrupção e a saída do PT e da presidenta Dilma do poder. Com roupas e rostos verdes e amarelos, exigiam o impeachment. Impossível não lembrar dos caras-pintadas de 1992, que pediam a saída do então presidente Fernando Collor. A reprovação do governo de Dilma atingiu o maior percentual dos últimos 23 anos, segundo pesquisa Datafolha do dia 18 de março. A presidenta tem 62% de reprovação, enquanto que em setembro de 1992, cerca de 68% da população estava descontente com a administração de Collor.

Ele confiscou a poupança da população, deixando 50 mil cruzados novos (cerca de R\$ 4.150) disponíveis para cada família. O confisco, somado a uma série de denúncias, principalmente de seu irmão Pedro Collor, publicada na *Veja*, levaram a sociedade às ruas em protesto. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Diretórios Centrais Estudantis (DCEs) e centros acadêmicos organizaram protestos exigindo a saída do presidente. Os estudantes que pintaram os rostos de verde e amarelo ficaram conhecidos como os caras-pintadas.

Elaine Cristina Reis, professora formada em Letras – Espanhol e doutoranda em Estudos da Tradução (PGET) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tinha 15 anos quando participou das manifesta-

ções contra Fernando Collor. “O que mais me marcou foi a volta pra casa. Quando entrei no ônibus com a cara pintada, parecia que todo mundo me olhava, eu me senti parte da história, pertencente ao meu país!”

Elaine Reis optou por não participar dos protestos esse ano. “Não me juntaria à elite do país para tirar a presidente, nem acho que ela tenha que sair do poder. Ainda mais para que o vice-presidente fique em seu lugar.” Porém, não deslegitima as manifestações: “foi um ato democrático que leva à reflexão tanto dos que estavam lá porque estão insatisfeitos com a situação do país, como dos que não estavam nas manifestações”.

Para o professor de História da UFSC e Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Paulo Pinheiro Machado, as manifestações de 2015 e 1992 são diferentes: “São grupos sociais bem diferentes. A expectativa do movimento social do *impeachment* do Collor era uma luta pela ampliação dos direitos enquanto a expectativa dos que lutam pelo *impeachment* da Dilma é cercar os direitos dos de baixo.”

O resultado da pesquisa do Instituto Datafolha sobre o perfil do manifestante do dia 15 de março mostra que dos 200 mil presentes em São Paulo, 82% votaram em Aécio Neves. Em Porto Alegre, 76% dos manifestantes votaram no candidato do PSDB.

Quando confrontados, alguns números do governo Dilma e Collor diferem: a inflação atual é de 6% a 7% ao ano, contra 30% a 50% de inflação ao

mês durante o governo Collor. O índice de desemprego está em 6,8%, em 1992 era de 8,3%.

Nildo Ouriques, Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC e Presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), diz que a única consequência da manifestação de domingo foi aumentar a pressão sobre os aliados do PT para que as medidas de ajuste fiscal elaboradas pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, fossem aprovadas. Isso provocaria um desgaste entre o partido dos trabalhadores e os movimentos sindicais: “O segundo semestre vai ser de muitas greves no setor operário, privado e no setor primário”.

Anderson Spessatto

andersonspessatto@gmail.com

Matheus Moreira Moraes

matheus.moreira.moraes@gmail.com



“Caras-pintadas” se tornaram um símbolo contra Collor



Itamar Franco (em segundo plano) assume cargo de presidente em 29 de dezembro de 1992

## Definições de patriotismo e nacionalismo diferem na origem

Durante os protestos dos dias 13 e 15, os manifestantes se autoprotavam, em cartazes e gritos, apaixonados pela nação ou defensores da pátria. Apesar de serem usados como sinônimos, os conceitos de patriotismo e nacionalismo são diferentes.

O patriotismo surgiu como uma corrente política na Inglaterra do século XVIII.

Para a historiadora Betty Kemp, “o programa patriota significava, na prática, *place bills*, parlamentos de curta duração, eleições livres, a des-

truição da influência do Rei sobre o Parlamento”. Os militantes do patriotismo tinham como filosofia servir aos interesses da pátria, defendê-la e guiá-la rumo ao progresso econômico, militar e social.

Hoje em dia, o patriotismo não é mais uma doutrina política independente. Refere-se ao amor à Pátria, à defesa de seus ideais e de sua cultura.

O nacionalismo é o comportamento ou posição política que enaltece a cultura, o território e os interesses nacionais. Esse conceito surgiu na revolução francesa, quando os

burgueses declararam que o poder político emanava do povo e da nação, ao contrário da nobreza e do clero, que defendiam o poder divino.

Uma corrente política que prevê a defesa dos interesses nacionais. Nos países economicamente desenvolvidos da América e Europa, o nacionalismo adquiriu características expansionistas. Nesse caso, o interesse da nação é mais importante do que suas consequências em outros países.

Na América Latina, o nacionalismo adquiriu uma característica distinta.

Devido à exploração econômica a qual os países subdesenvolvidos estão submetidos, herança do colonialismo, o sentimento de nacionalismo é movido também pela necessidade de se defender da invasão cultural e econômica realizada por outras nações.

O nacionalismo, por aqui, se faz presente nas políticas públicas de caráter protecionista, para defender as indústrias e empresas nacionais frente aos produtos culturais e bens de consumo vindos de países economicamente mais desenvolvidos.

# Tradicionalmente, SC é um dos estados que mais vota na direita

PSDB acredita que antecipou o discurso dos protestos

Nós plantamos aqui uma semente fértil de algo que o Brasil precisa viver". O solo, neste caso, é catarinense. E o agricultor, o partido do PSDB. A declaração feita por Aécio Neves, derrotado nas eleições presidenciais do último ano, teve como objetivo agradecer os 64,59% da população catarinense que confiam em sua proposta de governo e garantiram ao candidato o maior percentual de votos entre os estados brasileiros.

Número expressivo, mas que pode ser justificado, levando em conta que nas últimas duas eleições presidenciais, os catarinenses também seguiram em direção contrária à maioria da população brasileira. Se uma única pessoa

representar a maioria do eleitorado no estado, ela seria mulher, com idade entre 45 e 49 anos, ensino fundamental incompleto e solteira. Este é o perfil dos catarinenses que foram às urnas em outubro de 2014, traçado a partir de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Foi neste público que o candidato à presidência pelo PSDB encontrou seus maiores aliados. Os aproximadamente 2,5 milhões de votos conquistados em Santa Catarina - que garantiriam o mandato do tucano ainda no primeiro turno - repetiram a tendência de escolher o candidato da oposição, confirmada em eleições anteriores. Em 2010, José Serra (PSDB-SP) recebeu 2.030.135 votos - 56%. Quatro anos antes, Geraldo Alckmin (PSDB-SP) obteve 1.776.776 votos - 54%.

Nas eleições do ano passado, os votos ao candidato tucano se concentraram na região do Vale do Itajaí, com destaque para o município de Benedito Novo, que registrou o maior percentual entre as cidades catarinenses (83,14% ou 5,6 mil votos). Já a presidenta Dilma Rousseff fez mais votos no Oeste. No município de Entre Rios, 70,88% da população preferiu a candidata pe-

tista (1,4 mil votos). Clésio Salvaro, vice-presidente do PSDB no estado, acredita que a vitória de Aécio Neves levou em conta a clareza do eleitor catarinense. "Em Santa Catarina, onde temos um eleitorado com discernimento muito maior, o Aécio e o Anti-Dilma venceram, tanto no primeiro como no segundo turno". Para Cláudio Vignatti, presidente do PT em Santa Catarina, a derrota da presidente Dilma se explica pela falta de apoio e pautas diferenciadas

cessos de corrupção são objetivos semelhantes, mas que devem ser tratados sob uma ótica específica. "Queremos uma constituinte exclusiva para discutir a reforma política. O congresso que está aí foi eleito por este poder atual", comenta. Salvaro compartilha da mesma ideia, mas faz questão de defender que o candidato à presidência pelo seu partido antecipou os discursos presentes nas ruas. "As manifestações são decorrentes de tudo que o Aécio já falava

em campanha. É preciso que o governo assuma que praticou estelionato eleitoral, que mentiu para o povo brasileiro e que peça ajuda para o Congresso Nacional, para promover os ajustes que a nação precisa."

E m b o r a muitos dos que foram às ruas

no dia 15 de março pedissem pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, não é essa a medida que o PSDB defende no momento. Com dois nomes envolvidos na Operação Lava-Jato, as lideranças do partido acreditam que o governo federal deve tomar medidas consistentes contra a corrupção e admitir que mentiu para a população, ao praticar atitudes contrárias às defendidas em campanha eleitoral - cortes na educação e punição branda aos colegas de partido denunciados no escândalo da Petrobrás. "Depois, é necessário que as instituições partidárias se unam em torno de um projeto para enxugar a máquina administrativa, redução dos ministérios, acabar com as coligações nas eleições proporcionais e com reeleição". Esta visão também é a do presidente estadual do PT. Vignatti revela que o partido não concorda com muitas atitudes do governo federal, mas sabe das dificuldades, dado o atual momento econômico. "É o momento de reorganizar o cenário nacional e econômico para garantir a governabilidade. Nós só vamos para a rua se tiver ameaça de golpe", contou.



Para André Camargo, o problema é a centralização do poder no DF

## Há 23 anos movimento separatista busca independência da região sul

O desejo de independência que tomou conta de regiões como Escócia, Catalunha e Kosovo, atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil, pelo menos para os simpatizantes do movimento O Sul é Meu País. O grupo de 12 mil associados, distribuídos em 860 cidades da Região Sul, e com sede em Passo Fundo (RS), tem um objetivo polêmico: tornar os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul um território separado do resto do Brasil. Para confirmar que esta também é a vontade da maioria da população do Sul, os separatistas planejam uma consulta pública para 2016. O vice-presidente do movimento, André Francisco Camargo acredita que a pesquisa também servirá para a população saber que a ideia separatista existe. "Sabemos que esse plebiscito não é válido, mas ele é importante para mostrar para Brasília e para a Organização das Nações Unidas (ONU), que há o interesse do povo do Sul de se separar."

Aliás, é na organização internacional que o movimento deposita a maior esperança. De acordo com o princípio da autodeterminação dos povos, presente na declaração da ONU, um grupo que considera ter uma identidade distinta e separada tem direito de se governar e determinar a situação política e jurídica do território que ocupa. Por outro lado, uma cláusula da Constituição Federal diz que a república brasileira é "formada pela união indissolúvel" dos estados e municípios - o que torna inconstitucional qualquer intenção de criar um novo país. Esse é um dos motivos que rendem ao movimento inúmeros processos, recebidos desde sua fundação, em 1992. No entanto, isto não parece problema para os integrantes. "Se fôssemos seguir tudo que está escrito na Constitui-

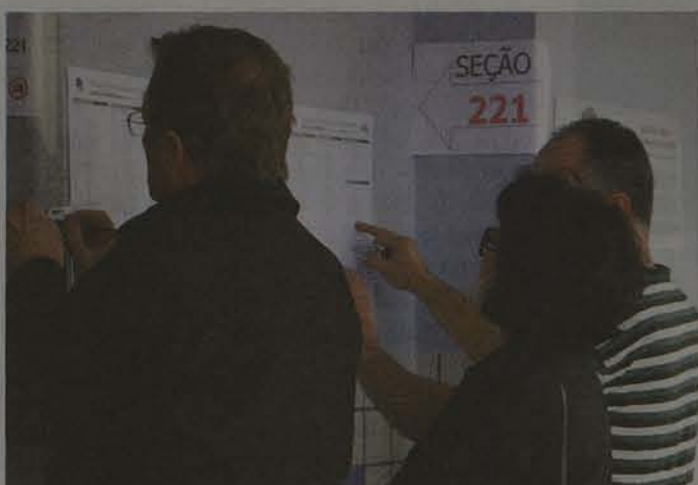
ção, seríamos colônia de Portugal até hoje, pois esta era uma cláusula da constituição portuguesa".

Em dezembro de 2014, uma pesquisa encomendada pelo Grupo de Estudos Sul Livre (Gesul) mostrou que 73,32% da população sulista apoia a ideia de separação. O levantamento ouviu mais de 19 mil pessoas, em 48 municípios. Apesar do objetivo da organização não ser atrair simpatizantes através do descontentamento político, foi exatamente isso que aconteceu. "Após as eleições presidenciais do último ano, o movimento ganhou força. O problema para nós, porém, não é quem exerce o poder, mas sim como ele é exercido. Essa centralização em Brasília. Ganhando Dilma ou Aécio, o movimento vai continuar", disse o vice-presidente.

Atualmente, o movimento se sustenta por meio de doações de empresários filiados e simpatizantes e da venda de souvenirs - camisetas e bandeiras. "Uma malharia nos ajuda com a doação de camisetas. Mas eles retiram a etiqueta, pois não querem se expor", confessou Camargo. Para ele, apesar de existirem outros movimentos que pedem a independência de estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul Livre, a Frente de Libertação República Catarinense, o Movimento República São Paulo, o Nordeste Independente, o Pernambuco Independente e o Acre Independente, falar de separatismo no Brasil ainda é muito difícil. "Se eu fosse branco, as pessoas me chamariam de nazista", brincou - enquanto entregava um livro sobre a história do movimento aos repórteres que o entrevistavam.

Larissa Gaspar  
larissa.gasparcp@gmail.com

Lucas Amarildo  
lucasamarildosouza@gmail.com



Nas últimas eleições, 64,59% dos votos catarinenses foram em Aécio

### Pelo terceiro ano consecutivo, PSDB conquista maioria do eleitorado de SC

Mas se Santa Catarina continua dividida entre satisfeitos e revoltados com o atual governo, a ida do povo às ruas é o melhor termômetro desta tensão política. Nas manifestações dos dias 13 e 15 de março, algumas pautas se mostraram semelhantes, embora os atos tivessem sido organizados por grupos com essências bastante divergentes. Vignatti não acredita em polarização. Até porque o partido concorda com ideias do grupo "contrário". A reforma política e o enfrentamento ao pro-

# Sob proteção virtual, ódio se intensifica



Internautas se sentem isolados nas redes sociais e intensificam discurso discriminatório

Amigos Seguir Mensagem

O resultado das eleições presidenciais de 2014 culminou em várias mensagens discriminadoras e preconceituosas na internet, independente da orientação política: nordestinos sofreram xenofobia, residentes do sul e do sudeste descontentes com o resto do país postaram mensagens com ideias separatistas e eleitores de ambos os candidatos foram insultados - quando não foram alvos de discursos de ódio. Situação semelhante aconteceu com os atos dos dias 13 e 15 de março deste ano, que reforçaram a polarização política e levaram mais uma vez à radicalização das opiniões nas redes sociais e blogs.

O professor de sociologia política da UFSC, Jacques Mick, diz que o discurso de ódio não é uma novidade em um país onde o racismo, a desigualdade e o patriarcalismo são parte da estrutura social. As redes sociais amplificam o alcance desse tipo de discriminação e aumentam o número de sujeitos dispostos a utilizá-la contra seus adversários ideológicos. O professor explica que, na internet, o indivíduo escreve isolado do outro e tem a impressão de que naquele espaço está sendo seguido e protegido por pessoas com a mesma ideologia que eles. Isso faz com que opine como bem entender, sem a necessidade de argumentar, informar ou mes-



Bonecos em Jundiaí (SP) questionam pacifismo do ato contra Dilma

mo conferir a credibilidade de seu pensamento.

As redes sociais também possuem comunidades que incentivam o isolamento: as pessoas participam daquelas que possuem mais membros com opiniões parecidas com as suas, fechando o leque de informações. Além da falsa visão de proteção, Mick explica que a internet reduz a tolerância em relação ao outro. Se o indivíduo não gostou da opinião de uma pessoa na internet, basta que role a tela para baixo, bloqueie ou até delete um amigo. "Nas relações presenciais, tais rupturas são mais difíceis ou dolorosas".

## Essa prática explicita o Brasil como uma sociedade intolerante

Eliane Brum, em sua coluna *A boca-lidade do mal*, publicada no *El País*, afirma que os internautas chegaram a

um ponto no qual pensam estar protegidos do mundo exterior e não precisam ligar para o efeito que suas palavras podem causar às pessoas que estão lendo. "Ao contrário, o cuidado que aparece é o de garantir que a pessoa atacada leia o que se escreveu sobre ela, o cuidado que se toma é o da certeza de ferir o outro", como se a pessoa do outro lado só tivesse duas opções: pensar do mesmo jeito ou ser uma inimiga.

Além de ferir moralmente outro indivíduo, o discurso de ódio atrapalha o debate político. A professora de jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) Sylvia Moretzsohn, explica que, nas postagens da rede, as pessoas tendem a reagir imediata e emocionalmente, sem pensar antes de escrever. Isso contribui para que o discurso se torne ofensivo. Para ela, enquanto não houver disposição para o diálogo e a argumentação, não será possível a existência de um debate sobre política ou qualquer outro assunto na internet.

Porém, Jacques Mick ressalta que as postagens com conteúdo discriminatório ou violentos servem para revelar a intolerância na rede: "o discurso de ódio explicita racismo, sexismo, preconceito de classe e outras práticas antes ocultas por mistificações, miragens do Brasil como sociedade tolerante". Com as redes sociais detêm cada vez mais abrangência - de acordo com a pesquisa do IBGE, desde o final do ano passado, mais da metade dos brasileiros estão conectados -, as pessoas são confrontadas com a intolerância dos que estão ao seu redor. Basta entrar na seção de comentários de colunas políticas ou em postagens de comunidades, tanto de direita quanto de esquerda: o desrespeito e o ódio à opinião alheia muitas vezes estarão presentes.

Solucionar esse problema na internet, como explica Moretzsohn, é difícil porque a rede é um local que aceita qualquer pessoa e qualquer coisa. Além disso, o conteúdo dos discursos depende da formação e da educação dos indivíduos que participam desse ambiente. Outro obstáculo é a atividade de grupos que atuam na web apenas para disseminar e estimular essas manifestações de intolerância. Para exterminar esses discursos de ódio virtuais, então, é preciso transformar primeiro os discursos fora da rede, cultivando o respeito ao próximo, a tolerância e o diálogo.

Luiz Fernando Menezes  
luizfernandonmenezes@gmail.com

## Insulto só é criminalizado se houver teor racista

Discurso de ódio é toda mensagem que incita a discriminação, a hostilidade ou a violência contra uma pessoa ou grupo por causa de etnia, religião, orientação sexual, gênero, condição física ou outra característica. Um exemplo recente foi o caso de Levy Fidelix (PRTB), candidato à presidência nas últimas eleições, que pregou a segregação do grupo LGBT do restante da sociedade e associou a homossexualidade com a pedofilia em rede nacional. O político foi condenado pela Justiça de São Paulo a pagar uma indenização de R\$1 milhão, que será revertida em ações com o intuito de promover a igualdade dos direitos LGBT - a decisão é de primeira instância, cabendo recurso a Fidelix.

Apesar da punição, o discurso de ódio no Brasil só é crime se tiver teor racista. Em 2006, foi criado o projeto de lei 122, que propõe a criminalização da discriminação não-violenta por orientação sexual ou por identidade de gênero. No entanto, o projeto permanece arquivado desde o final de 2014. Um dos argumentos contrários diz que criminalizar o discurso é uma forma de censura e, portanto, vai contra os direitos da liberdade de expressão.

Mesmo não sendo crime, é possível denunciar discursos de ódio na internet para que a página seja deletada. No Brasil, a ONG SaferNet é a responsável por receber esse tipo de denúncia, além de outros crimes virtuais, como pedofilia, xenofobia e neonazismo.

Caique Souza, Ana Luiza Perez, Paula Nunes, Henrique dos Santos e outras 59 pessoas curtiram isso.

Marilda Nuner **ESSA RAÇA DE MENTIROÇOS DEVERIAM SER ERA EXTINTA: GLOBosta... VEJAbosta... e os COXINHAS DOS PSDbosta... DILMA TAMO JUNTA ATÉ 2018!!! VIVA A DEMOCRACIA!!!**  
Curtir Responder 13

Thiago Matos **Já estamos juntando gente para descer o pau nesses coxinhas anti PT**  
Curtir Responder 5

Carlos Henrique, Anne Caroline, Guilhem.e Soares, Caio S. da Silva e outras 61 pessoas curtiram isso.

Antonio **FICARIA MAIS BARATO DO QUE CPI. ALIMENTAR PRESO NA CADEIA E SUSTENTAR OS LADRÕES DO PT, SE CADA UM RECEBESSE UMA BALA. CADÊ OS ATIRADORES DE ELITE DO BRASIL, OU SÓ É FICÇÃO?**  
Curtir Responder 3

Rogério Zagallo **Petista de merda. Vão fazer protesto na puta que os pariu... Que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras...**  
Curtir Responder 15

# Críticas mais à mulher que à presidenta

Ofensas partem de características físicas e vestuário e não do desempenho político

**P**uta”, “Vadia” e “Vaca” eram os gritos que vinham das janelas durante o Pronunciamento Presidencial do Dia da Mulher na televisão aberta, cujo um dos principais assuntos era a Lei do Feminicídio - que intensifica a pena para assassinatos de mulheres. Nas ruas, o discurso não era muito diferente. Nas manifestações antigoverno do dia 15 de março, era comum encontrar cartazes que reforçavam a postura sexista da população em relação à presidenta.

“Dilma quis mostrar ousadia estética mas não disfarçou incômodo com look rendado.” Esta foi uma das principais matérias veiculadas na editoria de Política da *Folha de São Paulo*, depois da cerimônia de posse do segundo mandato de Dilma Rousseff. Outro assunto que virou pauta no início do mandato foi a visível perda de peso da presidenta e todos os detalhes sobre seu regime. Quando foi ao Uruguai para a posse do novo presidente, Tabaré Vázquez, *O Globo* destacou a lista de supermercado de Dilma, que incluía doce de leite, requeijão e queijo cremoso, produtos que contrariam sua dieta para emagrecer, segundo o jornal.

Nem mesmo as três presidentas governando atualmente na América do Sul - Dilma Rousseff (Brasil), Cristina Kirchner (Argentina) e Michelle Bachelet (Chile) - garantem maior voz feminina. Apesar de serem maioria na população brasileira, ainda encontram muitas dificuldades para entrar na política: nas eleições de 2014, apenas 13,6% dos eleitos para o Senado são mulheres e na Câmara foram 9,9%. A jornalista e pesquisadora Marcia Veiga destaca que essa diferença é construída culturalmente. “O campo da política, assim como todos os espaços públicos, de poder e de saber, historicamente foram ocupados por homens e até hoje são marcados por valores que numa analogia de gênero podemos considerar como masculinos”, contextualiza. Em sua pesquisa, Veiga percebeu que certas profissões favorecem as características de determinados gêneros. No jornalismo, assim como na política, são respeitadas posturas ditas masculinas, como, por exemplo, falar alto, gesticular



Manuela D'Ávila foi questionada como é ser a 'musa' do Congresso

com força e expressividade e ser mais duro na fala. Isso explica muito sobre como a credibilidade das representantes mulheres vem sendo atacada pela grande mídia. Ela explica que o conceito de sexo

## “Comentavam sobre o que vestia, meu cabelo. Nunca vi isso acontecer com um homem”

frágil é usado para minar a força política destas mulheres e despoliticizar suas ações.

Foi o que aconteceu com a então deputada federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Manuela D'Ávila, durante uma sessão da Câmara em 2013. Ao questionar o líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no congresso, José Eduardo Cardozo, sobre o esquema de corrupção do

metrô em São Paulo, foi provocada. O tucano despolitizou o discurso da deputada ao sugerir que ela estava sendo sentimentalista: “O coração tem razões que a própria razão desconhece”, ironizou com a célebre frase de Blaise Pascal.

Nem mesmo a aprovação nas urnas garantiu respeito à atual deputada estadual: ela foi a mais votada no Rio Grande do Sul em 2014, resultado que já havia acontecido em 2010 e 2006. D'Ávila conta que, quando eleita no ano passado, foi questionada muitas vezes como era ser a “musa” do congresso. “Passei por episódios onde perguntavam ou comentavam sobre o que eu vestia, meu cabelo, especulações sobre minha vida privada. Nunca vi isso acontecendo com homens”, conta a deputada. Ela acredita que o machismo está culturalmente instalado na sociedade e as pautas feministas acabam em segundo plano. Isso se reflete em outros espaços, como na política e no Movimento Estudantil, pelo qual ela militou

quando estava na universidade.

A vereadora de Chapecó, Mariclei Vignatti, do PT, compartilha das mesmas experiências, em que a roupa, a maquiagem e o comportamento são utilizados como forma de medir a capacidade de fazer política, enquanto o mesmo não acontece com os homens. Ela reforça também a importância de as mulheres ocuparem esses espaços predominantemente masculinos. “Nós seríamos uma sociedade muito mais democrática se homens e mulheres em paridade pudessem ocupar cargos de decisão. As mulheres que ocupam cargos políticos têm que continuar construindo modelos e comprovando que a gente tem capacidade de governar”.

Atacar a presidenta Dilma por conta de seu sexo é uma forma de enfraquecê-la sem precisar de um debate político, segundo a jornalista e antropóloga Carmen Rial. “O Lula era muito atacado por uma questão de classe. Porque falava errado, era nordestino, não tinha formação acadêmica. A Dilma tem formação, é doutora, vem de camadas médias, tem uma trajetória política irreparável, é branca. Por onde vão atacar ela? É mulher.”

Uma defesa encontrada por essas mulheres em posição de liderança é a de se recusar a exercer esses papéis de gênero. “[A pre-

sidenta Dilma Rousseff] se nega a reproduzir o que seria esperado de uma mulher. Se ela levasse o seu neto pra frente das câmeras, falasse da filha, mas ela tá fazendo corretamente o seu papel: é política e está falando de questões políticas”, exemplifica Rial.

Jean Kilbourne, palestrante e cineasta, explica no documentário *Killing Us Softly: Advertising's Image of Women (Matando-nos gentilmente: a imagem da mulher pela publicidade)*, em tradução livre) a construção de um ideal de feminino pela publicidade e pela mídia. A ideia de que a mulher é um ser a serviço dos homens e a objetificação do corpo feminino desumanizaram a mulher ao longo da história. Pela lógica, não sendo humana não merece respeito, e não merecendo respeito é algo que pode ser violentado.

A grande mídia tem uma parcela de culpa na disseminação do discurso de ódio direcionado às mulheres. Segundo Veiga, a mídia é um poder simbólico, que hoje contribui com a reprodução desses valores machistas, mas que poderia contribuir ainda mais para a transformação da igualdade de gênero. “A mídia não é apenas um reflexo da sociedade, ela é parte da sociedade, partilha dos valores que mais predominantemente circulam e informam”, pondera.



Arte: Luiz Fernando Menezes

Marina Juliana Gonçalves  
marinajulianag@gmail.com  
Manuela Tecchio  
manuela.tecchio@gmail.com

# Na sexta, centenas cobram Dilma. No domingo, milhares exigem sua saída

Ato organizado pela CUT defende reforma política e Petrobras estatal. Manifestantes do dia 15 apresentam pautas distintas: *impeachment*, basta à corrupção e ao PT, a favor de intervenção militar

SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO

## Zero perguntou aos manifestantes nos dois atos: Por que você acha importante estar aqui hoje?



"Porque atualmente, em vez de punir os corruptos, a justiça está punindo a empresa. Em vez de pegar os bens dos corruptos para pagar os seus malfeitos, ela está deixando de pagar empresas que estão falindo e estão demitindo em massa. Então, o que acontece? A empresa não cometeu nenhum crime. Quem cometeu foram as pessoas, e essas pessoas têm que ser julgadas e punidas."

Adriano Flores, 37 anos, operador da Petrobras de São Francisco do Sul

"É importante porque está em andamento um golpe no país. Eu acho que o governo merece muitas críticas, está muito abaixo da média. A classe trabalhadora está decepcionada com as políticas econômicas, enfim, com as reformas que a presidente está colocando em pauta. Acho que o Congresso brasileiro é ultraconservador, a grande maioria são ricos, não é democrático, não representa realmente a vontade da sociedade brasileira."



Sérgio Roberto Gomes Gonzales, 38 anos, professor



"Eu defendo um modelo de educação inclusiva e emancipadora como um importante instrumento na construção da democracia. Acredito que esse modelo só pode se desenvolver onde exista democracia e que respeite as suas instituições, que preserve seu patrimônio. Acho que temos que defender a Petrobras e fazer valer os princípios da democracia. A eleição acabou."

Tânia Guerra, 68 anos, aposentada

"Estou aqui por acreditar na luta que a gente está travando por uma democracia plena, feita de forma respeitosa que é o que a gente tá vendo que a cada dia tá se perdendo no país. A gente tá entrando em brigas que tão fugindo à questão política de opinião e tão invadindo outras áreas que não deveriam talvez estar tomando a proporção que está."

William Baranhos, 24 anos, estudante



"Acho importante para a manutenção da democracia no país. A gente precisa ir para a rua para reivindicar, tanto hoje, no dia 13, quanto no dia 15. Eu acredito que as pessoas têm que fazer os pedidos e as manifestações necessárias para que o país evolua. Mas eu acredito que isso deve ser feito de maneira democrática e não golpista."

Aline Amábilie Zimmerman, 19 anos, estudante

**B**andeiras em riste, punhos erguidos, coros sincronizados, expectativa no ar. Na sombra da Catedral Metropolitana de Florianópolis, em meio ao movimento cotidiano do centro da cidade, estavam reunidos os manifestantes do "Ato em defesa dos direitos, da Petrobras e pela realização da Reforma Política". A concentração começou às 14h e o início da caminhada às 16h. Vendedores de tapioca, caldo de cana, pastéis e outros lanches observavam de suas barracas as pessoas que ocupavam o Centro para protestar, a maioria delas vestindo camisas vermelhas.

"Eu acho a energia daqui muito positiva, porque a nossa sociedade é extremamente individualista, as pessoas são acomodadas. Parece que há um medo de que o Brasil se torne uma grande nação e é por isso que eu acho importante estar aqui hoje". O professor de espanhol Sérgio Roberto Gonzales foi uma das vozes que ressoaram pelo Centro da cidade naquela sexta-feira. Na tentativa de dimensionar a manifestação, o Tenente Coronel Carlos Araújo Gomes, da Polícia Militar, estimou 250 pessoas. Para os organizadores do evento, foram dois mil manifestantes. O trajeto começou na Catedral, cruzou a rua Tenente Silveira, passou pelo Terminal de Integração do Centro (Ticen) e pela rodoviária Rita Maria.

Moradores de Araranguá, Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville vieram para a capital reivindicar direitos. A maioria dos manifestantes usava a camiseta da Central Única de Trabalhadores (CUT), mas havia outras entidades presentes: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf/SC), o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Refinação e Destilação dos Estados do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC) e o Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Urbano de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis (Sintraturb). Bandeiras do PT e do PCdoB podiam ser vistas.

As reivindicações comuns a todos foram a defesa da Petrobras como estatal, a luta pela reforma política e a posição contrária ao impeachment da presidenta. De camiseta branca da União Nacional dos Estudantes (UNE), Fafá Capela, graduanda em Ciências Sociais, comentou o contexto político do Brasil e o ato do dia 15 de março: "Não podemos ser ingênuos de achar que não tem movimento político forte por trás da derrubada de um governo que precisa melhorar, mas que avançou em muitos pontos. Na educação, na soberania nacional, no desenvolvimento de tecnologia... O que a gente quer é que a democracia seja respeitada".

Deputado federal reeleito pelo PT e ex-prefeito de Chapecó, Pedro Uczai veio do oeste do estado em apoio à manifestação. "O que me motiva é defender a democracia, a definição de voto soberano e o voto popular. Podemos criticar o governo, criticar o que está errado, mas não permitir o golpe à democracia, o crime contra a democracia. Esse ódio tem que ser destruído e a mobilização democrática de hoje está aí para isso".

Funcionários do Sintraturb carregavam cruzes vermelhas e pretas para chamar a atenção para a violência nas estradas estaduais. Uma faixa grande trazia a pergunta: "Quantas cruzes ainda serão erguidas às margens de nossas rodovias por conta da ganância e do descaso?".

O diretor-secretário da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Moacir Rubine, fez a defesa da Petrobras como patrimônio nacional, concordando com o fato de que há corrupção, mas afirmando que o governo está no caminho certo para solucionar esse problema. "A Petrobras é uma das maiores empresas do mundo,

uma empresa extremamente estratégica para esse país. Ela representa hoje um dos maiores legados que nós temos. É dos brasileiros e tem que ser assegurada. Temos que combater desvios de todas as formas de corrupção que dentro dela existem, mas temos que assegurar que seja nossa, não podemos abrir mão disso", afirmou. O professor de português William Baranhos reforçou: "A solução está vindo à tona, pelo fato de estarem sendo feitas as investigações. Hoje isso está sendo colocado à frente, sendo exposto pela mídia".

Por volta das 16h30, o primeiro conflito. Os manifestantes caminhavam pela rua formando duas filas, de modo a deixar os cartazes a vista. Do alto de um dos prédios da rua Tenente Silveira alguém jogou água nos que protestavam abaixo. Algumas dezenas de metros atrás, a água veio de uma garrafa d'água. Apesar de não terem sido registrados casos de agressão física, a situação chegou a ficar tensa quando o protesto se aproximou do Ticen, onde estavam pessoas contrárias ao movimento. De um lado, dois homens gritavam indignados: "Não sabem o que é trabalhar!" e "Vão pra Cuba!". Do outro, em resposta, uma senhora com cerca de 60 anos levantava o dedo em riste. Alguns curiosos se aproximaram, mas a polícia logo formou um cordão de isolamento separando os dois grupos.

O humor também fez parte da manifestação.

Quando o carro de som que conduzia o protesto fez uma curva na direção errada, a mulher ao microfone brincou, arrancando risos: "Aqui era para virar à direita, mas como nós somos de esquerda, virou para a esquerda".

A marcha chegou ao fim por volta das 17h30, em frente à rodoviária. Neudi Chiachini, presidente da CUT-SC, fez desesa das livres manifestações: "Nós sempre estivemos nas ruas para que os manifestantes do dia 15 possam vir e ocupá-las também!".

Símbolo de luta na época da ditadura militar, a música de Geraldo Vandré finalizou o ato. "Caminhando e cantando e seguindo a canção..." os manifestantes cantaram, enquanto o trânsito era liberado na pista ao lado, "...somos todos iguais braços dados ou não..." cantavam, abraçados, em um sentimento de dever alcançado. Um homem falava ao microfone: "Sintam o coração pulsar e escutem o coração do povo brasileiro. É um coração valente!".

Gabriela De Toni  
detonigabriela@gmail.com

ZERO

DOMINGO, 15 DE MARÇO

**O**s relógios da Beira-mar Norte de Florianópolis marcavam 16h30 e 26°C quando a chuva caiu sobre os manifestantes. Apesar de alguns gritos de "Dilma macumbeira", o vendaval não era tão inesperado, já que na concentração da passeata em frente ao Terminal Integrado do Centro (Ticen) o céu contrastava o preto e cinza da tempestade com o verde e amarelo das ruas. Mesmo assim, foram poucos os que deixaram sua marcha democrática para procurar abrigo.

Quando a chuva lavou os caras pintados do século XXI, a tinta escorreu pelos rostos brancos – poucos negros participavam da manifestação. Mas o que mais chamou a atenção da reportagem do Zero foi o que não estava: em meio a um mar de caucasianos, descalço e sem camisa, um morador de rua abordava os manifestantes em busca de esmola – chegando até a importunar alguns que executavam o sagrado ato de cantar o hino com a mão no peito.

A "Manifestação pelo Impeachment de Dilma Rousseff", em Florianópolis, iniciou-se às 16h do dia 15 de março, domingo, tendo como trajeto a Beira-mar Norte até o prédio do Ministério Público Federal (MPF), no bairro Agrônoma. Inicialmente, o Tenente Coronel Carlos Araújo Gomes da Polícia Militar estimou que três mil pessoas estariam nas ruas. Ao final da passeata, os organizadores declararam que a PM já estimava em dez vezes esse número.

Originalmente organizado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), o ato reuniu diversos grupos diferentes. Puxados por uma faixa de cerca de três metros escrito "Impeachment já!" (com as letras P e T grafadas em vermelho), a passeata foi liderada por um trio elétrico da organização e o discurso inflamado de seus representantes.

Quando os gritos de "Fora Dilma!" já não tinham força entre os manifestantes, os trios elétricos reproduziam paródias de músicas conhecidas, com letras que fazem referência a acontecimentos da política nacional. A versão de "Faroeste Caboclo" para o governo do PT, no entanto, não emplacou. Diversas vezes os manifestantes se pegavam cantando a versão original da banda Legião Urbana, à qual relata a história de um retirante nordestino, negro e pobre que tinha fé de que Brasília poderia lhe reservar um futuro melhor.

"Água e refri, dois por cinco!" os comerciantes aproveitavam a multidão sedenta. Ambulantes faziam mais sucesso entre as famílias com crianças pequenas – a maioria cansada e nos ombros de seus pais. Houve também aqueles, de olho na chuva, que vendiam capas plásticas por R\$5. E os manifestantes continuaram sua jornada com capas e guarda-chuvas.

Apesar de muitos carregarem cartazes clamando pela in-

tervenção militar, um dos organizadores salientou do alto do trio elétrico que o objetivo era o fim da corrupção através dos meios democráticos – não "terceirizados".

A Polícia Militar, responsável pela segurança do ato, apenas observava. Os 150 policiais, às margens da passeata, vez ou outra eram até tietados pelos manifestantes. Com pedidos de fotos e elogios efusivos pela sua conduta. Sem hostilidade em praticamente nenhum momento do ato, um dos líderes do segundo trio elétrico exaltou o trabalho da PM: "em manifestação de gente do bem, a polícia só observa. Não precisa de truculência", bradou, seguido de aplausos dos que caminhavam, inclusive de alguns policiais que estavam próximos.

Utilizando gravações de pronunciamentos da presidenta sobre as tarifas de energia elétrica no Brasil, os líderes enumeravam as falhas do governo Dilma, resgatavam histórias do Mensalão e evidenciavam o Petrolão sempre que podiam. Já os seguidores, um pouco mais perdidos, protestavam contra a corrupção vestindo camisetas da Seleção Brasileira com o escudo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), uma das entidades brasileiras com maior histórico de atividades irregulares. Paravam vez ou outra para tirar selfies e houve até aqueles que faziam coro ao canto "Vem pra rua!" do alto de sua varanda na Beira-mar, provavelmente sem perceber o conteúdo da frase.

Quando o trio elétrico da maçonaria se juntou aos outros dois veículos em frente ao prédio do MPF, a manifestação estava próxima do fim. Era quase 19h quando a concentração final reuniu os resistentes à chuva e ao cansaço. Os três carros de som tentaram sincronizar o Hino Nacional sem muito sucesso. Conformados de que não seria possível, a organização reproduziu o hino e incentivou as pessoas a exercerem uma última vez no dia o seu "direito de cidadão".

Depois, um dos trios convocou a população para um novo ato: "Collor não caiu com apenas um protesto! Dia 1º de abril, dia da mentira, dia Dilma, venham para as ruas protestar mais uma vez e lutar por um país sem corrupção! Fora PT!". Curiosamente, a madrugada do primeiro dia de abril é a data em que os militares assumiram o poder há 51 anos, em 1964. A coordenação do MBL nacional negou ter conhecimento sobre este novo ato, apontando como o dia 12 de abril a verdadeira data do próximo protesto.

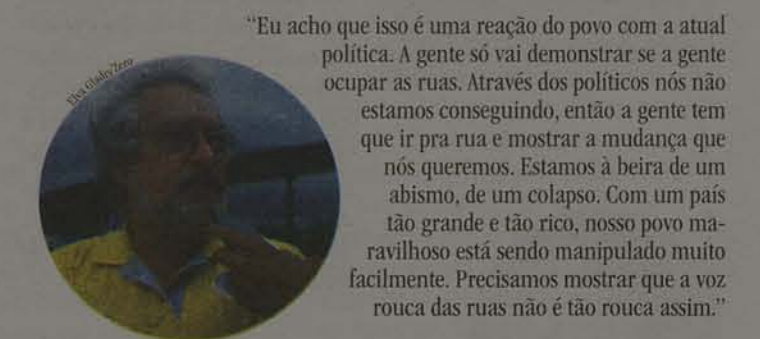
Procurado pelo Zero na semana seguinte ao protesto, Rafael Rizzo, coordenador nacional do Movimento Brasil Livre, disse que a organização estava muito contente com o resultado do ato de domingo, classificando-o como "a maior manifestação da história do mundo sem cunho socialista". Falou também que o MBL é totalmente contra a intervenção militar e que o objetivo do movimento é o *impeachment*, mas por meios democráticos. Rizzo salientou que a rua é livre e, por isso, a diversidade ideológica é um fenômeno normal. De qualquer forma, declarou que o objetivo agora é a queda da presidenta, possibilitando um país mais liberal como meta a longo prazo.



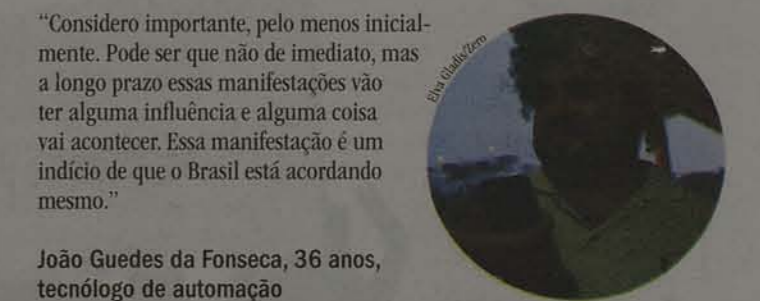
Ademir Valdir dos Santos, 49 anos, professor universitário



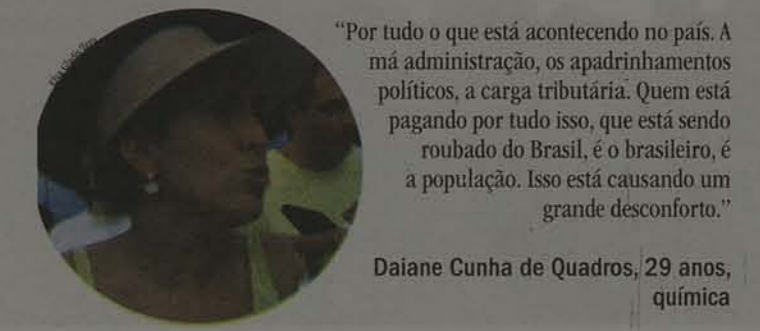
Ronildo Miguel Borba, 73 anos, aposentado



Sérgio Carlos Cambruzi, 60 anos, professor



João Guedes da Fonseca, 36 anos, tecnólogo de automação



Daiane Cunha de Quadros, 29 anos, química



# Cartazes, gritos e choro: tudo é livre

Conversamos com quem estava nas ruas e escolhemos as quatro reivindicações de maior

**Dia 13 de março**

**N**os dias 13 e 15 de março de 2015, tudo nas ruas do centro de Florianópolis falava.

Camisetas vermelhas, camisetas canarinho, rostos pintados de verde e amarelo, caminhões de som "enfaixados", bonés de sindicato, roupas camufladas, cruzeiros negros. Elementos que estavam num dia ou no outro, todos com seus significados.

Mas, ainda com mais destaque, e em ambos os protestos, protagonizava a palavra. Os gritos e cartazes. Palavras, caligrafadas ou impressas, transmitiam claramente as reivindicações.

Nestas páginas o Zero analisa o que estava escrito nos cartazes empunhados nas duas primeiras manifestações do efervescente embate político atual.

## Reforma política

Indignados com casos constantes de corrupção, o pedido por uma reforma política é o caminho que muitos apontaram como solução. Os estudantes presentes na sexta defendiam a constituinte, uma assembleia de representantes do povo eleitos exclusivamente pra fazer a reforma. Casos como o da Petrobras e o da PEC 352/13, que institucionaliza o financiamento eleitoral por empresas, são considerados um retrocesso por parte dos estudantes. A representante do Centro Acadêmico Livre de Letras (CALL) da UFSC, Lúcia Dal Corso, acredita que "para por fim a essas aberrações é preciso a reforma política, o único caminho possível pra levar as reivindicações até o fim".

O chefe do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas, professor Carlos Eduardo Sell, é muito difícil que o governo paute agora uma reforma ampla e profunda. "Não só a presidência, mas o próprio Congresso Nacional está implicado na profunda crise política atual", diz Sell. Quanto ao modelo para a realização, o professor considera no máximo a possibilidade de um referendo com a população após as decisões parlamentares e complementa: "um processo fora do parlamento fragiliza as instituições democráticas, (...) não são viáveis e são muito questionáveis do ponto de vista jurídico e constitucional".

## Plano Levy

Contra as medidas do que ficou conhecido como Plano Levy, muitos foram às ruas criticar as consequências do pacote econômico idealizado pelo atual Ministro da Fazenda Joaquim Levy. Dentre os inúmeros efeitos, os estudantes começaram a sentir alguns cortes e foram às ruas protestar. A representante do Centro Acadêmico Livre de Letras (CALL) da UFSC, Lúcia Dal Corso, afirma "enquanto estudantes sentimos na pele cada navalhada na educação. Restaurante Universitário fechado, insuficiência da assistência estudantil, aulas adiadas em várias federais". Dal Corso acredita que mais cortes virão e por esse motivo a discussão e organização nos Centros Acadêmicos e nas universidades são necessárias para barrar as consequências negativas para os estudantes e trabalhadores.

Na análise do economista e vice-diretor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Luiz Alberto Machado, não havia outra solução para a situação econômica do Brasil. "As medidas são pesadas e irão afetar todos os setores da sociedade. Para que estivessemos bem hoje, as mudanças econômicas deveriam ter sido feitas no passado e não foram", sugere. Machado acredita que o Ministro Levy traçou a melhor solução na atualidade, e caso os ajustes não sejam aplicados agora a situação tende a piorar.

## Medidas provisórias 664 e 665

No penúltimo dia de 2014 a presidenta da República anunciava as novas regras para obter os benefícios previdenciários. As medidas provisórias nº 664 e 665 apresentavam alterações, por exemplo, no seguro desemprego, abono salarial e auxílio doença, tornando mais exigente o acesso a esses direitos.

Na tarde de sexta-feira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) carregava faixas estampando ser contra as mudanças. A secretária geral da central em Santa Catarina, Anna Júlia Rodrigues, afirma que as medidas são um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e das centrais sindicais. Eles exigem a revogação e querem que o governo federal dialogue com os trabalhadores.

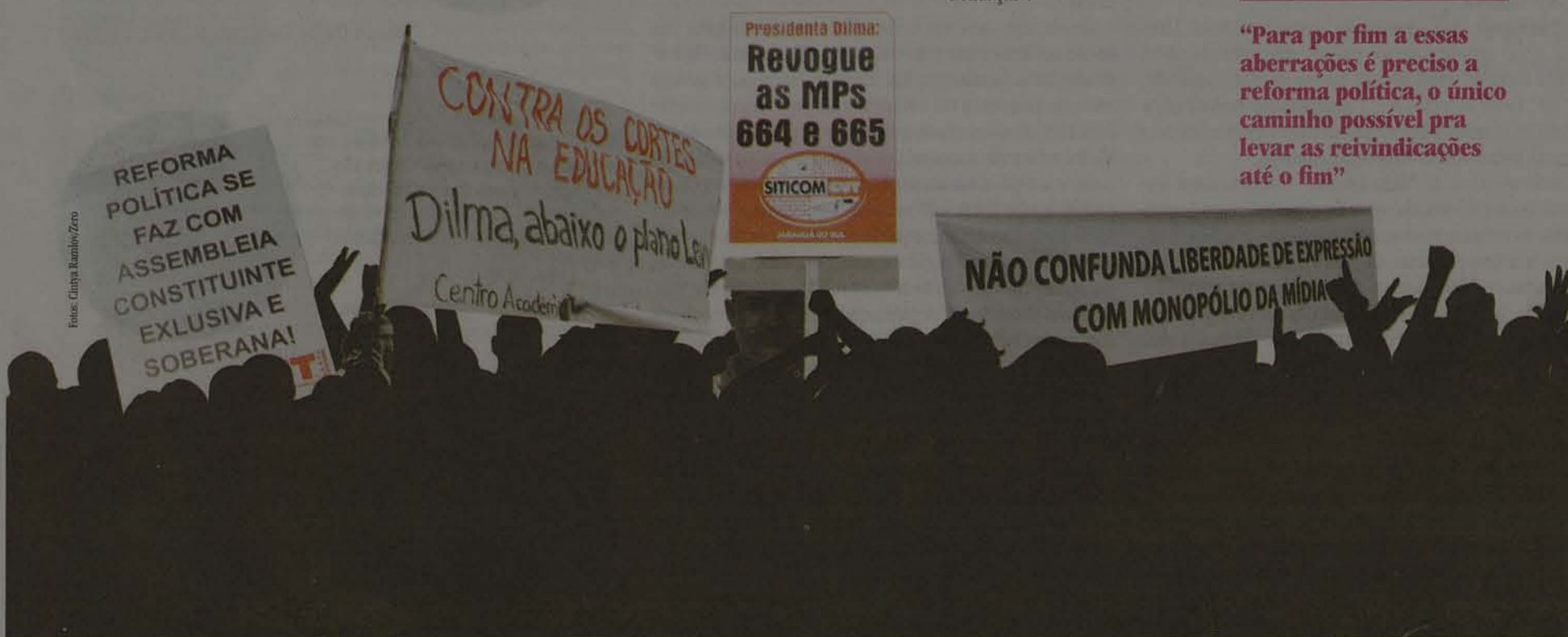
O economista e vice-diretor da FAAP, Luiz Alberto Machado, reconhece que é mais sensível mexer com os direitos dos trabalhadores e das classes C e D, que foram recentemente incorporadas no poder de consumo. A tabela do imposto de renda original do ajuste fiscal, por exemplo, não foi aprovada, a população com menos renda teve um afrouxo na taxa. O economista afirma "é um jogo, se não tivesse sido feito nada, essas classes que utilizam os benefícios previdenciários sofreriam muito mais com a inflação, cada um vai ter que fazer um pouco para que todo o país consiga superar a situação".

## Regulamentação da mídia

Faixas contra o monopólio das grandes empresas e pela democratização da comunicação. Dentre as organizações presentes, a Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) é uma das que apoia o Projeto de Iniciativa Popular pela democratização da mídia. Dilton Rufino, membro da JPT de Florianópolis, conta que a reivindicação é uma unanimidade entre os membros, afirmando que os conglomerados de mídia, que mantêm relações estreitas com setores de oposição ao governo, acabam prestando um desserviço para o povo ao privilegiar informações contra a atual administração federal.

O professor de jornalismo da UFSC Rogério Christofoletti lembra que em seu último mandato, Lula comprou briga com os donos da mídia nacional ao realizar a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). A presidenta Dilma não havia tocado neste vespeiro até o ano passado, quando anunciou que pretendia iniciar as discussões para a regulamentação econômica da mídia. Neste ano, o atual Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, mostrou disposição para tratar do tema. Apesar desses pontos que indicam que o tema ganhará atenção, Christofoletti acha difícil que o assunto continue em pauta, pois a conjuntura atual é desfavorável ao governo.

**"Para por fim a essas aberrações é preciso a reforma política, o único caminho possível pra levar as reivindicações até o fim"**



# em uma manifestação democrática

destaque em cada dia. Especialistas analisam se há coerência e viabilidade nos pedidos

Dia 15 de março

## Combate à corrupção

Na marcha de domingo eram incontáveis os pedidos de “basta”, “pelo fim da corrupção” e “xô corrupção”. O Mensalão e o Petrolão figuraram em rimas e frases com inspiração na poesia concreta (nos cartazes, havia vários “Corruptos”, grafia comum usada por críticos do governo em comentários de sites de notícia).

O professor aposentado Waldir Berndt, de 75 anos, carregava com o a esposa uma faixa com os dizeres: “A Petrobras é do Brasil e não do PT”. Para ele, os altos cargos da empresa foram preenchidos segundo interesses políticos e, por conta disso, houve “toda a roubalheira na Petrobras, resultado de má administração do Partido dos Trabalhadores”.

Após a pressão do 15 de março, o governo anunciou no dia seguinte um pacote para combater a corrupção. O professor de Ciências Políticas da Unisul, Valmir dos Passos, considera que “é importante uma satisfação dos governantes, mas não vai e não pode haver uma medida saneadora e de curto prazo”. Para ele, o combate deve ser através de um processo permanente de luta dos representantes públicos e de toda a sociedade. E sobre a movimentação política atual, ele ressalta: “é próprio da democracia exigir transparência e rigor no uso dos recursos públicos”.

No dia 15, a reportagem do *Zero* não viu mensagens sobre corrupção direcionada ao cenário catarinense.

## Intervenção militar

Os pedidos pela intervenção militar “constitucional” não foram tão raros quanto se esperava. Até porque o que se esperava é que não houvesse clamor desse tipo. Os saudosos do período entre 1964 e 1985 ganharam destaque na mídia e nas redes sociais. Justificável para o professor Carlos Eduardo Sell, chefe do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da UFSC, “porque esta é uma reivindicação absurda, delirante”. Ainda segundo Sell, essa pode ser uma estratégia governista para associar todas as manifestações do dia 15 com o setor mais extremado da direita.

Sell considera remotíssima a chance de uma insurreição dos militares. “O cenário atual não pode ser comparado com o de 1964. Não há mais o clima de guerra fria que havia à época e as forças militares do Brasil não estão dispostas a assumir o poder”.

É um paradoxo, juridicamente, a união dos termos “intervenção militar” e “constitucional”. É o seguinte argumento: existem artigos constitucionais que possibilitam a entrada do Exército para, veja só, anular direitos constitucionais.

O diretor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFSC, Luis Carlos Cancellier, explica: “existem grupos [que pedem a intervenção militar] que se amparam no artigo 142 da Constituição Federal e na Lei Complementar 97, no seu artigo 15, que trata da atuação das Forças Armadas. Mas numa leitura simples desses artigos você vê que ali não está autorizado às Forças Armadas a destituir e intervir”.

## Impeachment

O principal evento no Facebook da passeata do dia 15, com mais de 222 mil confirmados, tinha o seguinte título: “Fora Dilma | IMPEACHMENT de DILMA ROUSSEFF”. Não por acaso, em Florianópolis as frases mais vistas nas placas eram “Impeachment já”, “Fora Dilma” e “Fora PT”. A indignação de parte da população estava voltada contra a presidenta e, na visão dessa parcela de cidadãos, a saída de Dilma do Planalto é passo fundamental para a melhora do país.

Para o diretor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFSC, Luis Carlos Cancellier, o anseio popular não tem apoio dos especialistas: “Na situação de hoje a comunidade jurídica nacional não vislumbra uma configuração do comportamento da presidente em relação ao previsto na lei 1.079”. A lei 1.079 de 1950 é conhecida como Lei do Impeachment. É um processo regular que deve passar pela Câmara dos Deputados e ser julgado no Senado Federal. Para ser aplicado, deve ser provado um crime de responsabilidade, que se caracteriza caso o mandatário do país atente contra a existência da União; o livre exercício do poder Legislativo, do poder Judiciário e dos poderes constitucionais estaduais; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos, e o cumprimento das decisões judiciais. Até agora, não há nenhuma acusação contra Dilma por este tipo de crime.

## Fraudes nas urnas

Alexandre Paiva, do Movimento Brasil Livre (MBL) de Santa Catarina (grupo que pede o Impeachment de Dilma Rousseff), é só perguntas desconfiadas quando o assunto é urnas eletrônicas: “Quem é a empresa que está fabricando? Por que a apuração não é feita com as portas abertas?”

A insegurança do sistema de votação brasileiro é uma questão secundária do movimento do qual Paiva faz parte. Em seu site, o MBL não cita a suspeita de fraude nas urnas que surgiu logo após as eleições do ano passado. Essa é uma acusação que surgiu apenas no calor pós-resultado, ainda que o PSDB tenha pedido 12,4 mil urnas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para realizar uma análise.

Suspeitas de fraude à parte, a fragilidade do processo eletrônico de votação é uma pauta que poderia estar entre as principais nas manifestações atuais.

O Comitê Multidisciplinar Independente (CMind) descobriu no ano passado uma brecha na programação eletrônica das urnas que permite instalar e oficializar programas não-oficiais. Através da advogada Maria Aparecida Cortiz, que representa o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o CMind avisou o TSE do erro, mas nada foi feito. A advogada afirma que as urnas não possuem o registro dos programas que rodaram nas eleições, então não se pode saber se algum programa não-oficial alterou os dados da última votação.

**“O cenário atual não pode ser comparado com o de 1964. Não há mais o clima de guerra fria que havia à época e as forças militares do Brasil não estão dispostas a assumir o poder”**

Aramis Merki II  
aramerki@gmail.com  
Glória Irulegui  
irulegui gloria@gmail.com



Mudança de lei

# Validação da Reforma Política divide opiniões entre deputados

Oportunidade de aprovar mudanças segue lenta

Entre os gritos de pedido de *impeachment* e os de apoio ao atual governo, uma reivindicação une os manifestantes que foram às ruas nos dias 13 e 15 de março: a reforma política. Mas o que é reforma política? Como o nome sugere, são mudanças feitas com o objetivo de tornar mais eficiente o sistema político. Existem mais de 300 proposições sobre o tema no Congresso Nacional.

## Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 352/2013

Desde fevereiro, 34 parlamentares discutem a PEC 352/2013 em uma Comissão Especial para a reforma política instalada na Câmara dos Deputados. A proposta tramita junto a outras PEC's e ainda pode ser alterada, já que os deputados que compõem a Comissão possuem opiniões diversas.

Dentre as principais proposições estão o voto facultativo, o fim da reeleição para cargos do Executivo, o financiamento de campanha mista – público e privado – com estabelecimento de um valor máximo para gastos, a adoção do voto circunscricional para o Legislativo, a unificação das eleições em um mesmo ano e a manutenção das regras de coligações e da criação de partidos.

Por causa da permanência do financiamento de empresas em campanhas eleitorais, a PEC 352/2013 é considerada por alguns políticos uma “contrarreforma” – já que o financiamento privado é a causa de vários casos de corrupção que marcam a política brasileira.

O professor de Sociologia e

Ciência Política da UFSC, Carlos Eduardo Sell, considera que o financiamento público também não é a solução. “O cidadão precisa entender que esses recursos serão pagos pelos próprios eleitores através dos impostos”. Ele também duvida que as empresas não continuariam a fazer pagamentos de forma ilegal, e por isso defende o aperfeiçoamento na legislação e no controle das doações.

## Iniciativa Popular

A “Coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas” reúne 110 entidades por todo o país que defendem o projeto de lei (PL) 6316/2013. A Coalizão busca as assinaturas de 1,6 milhões de pessoas que respaldem o projeto, o equivalente a 1% do eleitorado – exigência para a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular.

O presidente do Comitê de Mobilização para a Reforma Política (OAB/SC), José Cristóvam, defende que é preciso fazer mudanças aos poucos. “Nós hoje vivemos uma falência do sistema político eleitoral. O problema não são os políticos – se colocarmos novas pessoas para assumir os cargos, passam dez anos e vai haver corrupção. O problema é sistêmico”.

O PL alcançou aproximadamente 1 milhão de assinaturas por todo o país. Já está em tramitação devido a uma frente parlamentar de 127 deputados que apoiam a Coalizão. Os principais pilares do projeto são: eleições proporcionais em dois turnos para cargos no legislativo, maior participação de mulheres na política, finan-

ciamento de campanha misto – público e de pessoas físicas, com limitação de valores – e criminalização do “caixa 2”. Também é defendida a realização de referendos e plebiscitos em matérias de grande relevância nacional.

## Plebiscito Constituinte

Em setembro do ano passado, um plebiscito popular foi organizado por 507 Organizações e Movimentos Sociais nacionais e estaduais. Ele questionou a população sobre a criação de uma Constituinte exclusiva para a reforma política. Cerca de 7,5 milhões de pessoas assinaram a consulta informal – e mais de 90% foram favoráveis à ideia. A Assembleia Constituinte é formada a partir de eleições de representantes específicos com plenos poderes para propor uma reforma ou a criação de uma nova Constituição.

Para que uma consulta oficial se realize, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1508/2014 está em tramitação. Alguns juristas, questionam a possibilidade de convocar uma Constituinte sobre um assunto específico.

Um dos comitês do movimento é o Centro Acadêmico Livre de Letras (CALL) da UFSC. “Por entendermos que é um momento em que nossos direitos estão em risco, vemos na Constituinte o único caminho para a reforma política” defende a estudante Lúcia Dal Corso, do CALL.

Elva Gladis

elva.gladis@gmail.com

Samantha Sant'Ana

sasantana23@gmail.com

## Entenda as mudanças que podem ocorrer

### Financiamento Público de Campanhas

No sistema atual, a maior parte das doações de campanha que os partidos recebem vem de empresas privadas. Aqueles que são contra o atual modelo criticam que esses financiamentos se tornam investimentos em campanhas e não doações, o que abre espaço para a corrupção. Algumas propostas defendem o financiamento público exclusivo, onde um fundo de recursos públicos custearia a campanha. Outra opção seria o financiamento misto (público e privado), com definição de um teto para os gastos, o que não existe hoje.



### Sistemas eleitorais

Hoje existem dois sistemas eleitorais em vigor, o proporcional para o Legislativo e, o majoritário para uma pequena parte do Legislativo, o Senado, e para o Executivo. No voto proporcional o número de representantes eleitos por estado é conforme a sua população. E no majoritário pela quantidade de votos.



**Voto proporcional em dois turnos:** No primeiro turno, a população votaria no partido e não em candidatos. De acordo com a quantidade de votos, são definidas quantas cadeiras cada partido poderá ocupar. E, no segundo turno, o partido lançaria uma lista com o número de candidatos duas vezes maior que o de cadeiras recebidas, e então o eleitor votaria no seu candidato.

**Voto circunscricional:** Os estados são divididos em circunscrições eleitorais – elas possuem população e área maior do que um distrito, por exemplo. No voto distrital, o número de distritos é igual ao número de vagas a serem preenchidas, ou seja, ganham os mais votados de cada distrito; no circunscricional, cada circunscrição elegeria de quatro a sete deputados, completando assim o número de vagas.



### Fim das coligações

No sistema proporcional de eleição, as coligações ajudam a eleger candidatos com baixa votação. Várias propostas preveem o fim dessas coligações ou estabelecem regras que mudam a dinâmica atual.



### Saiba mais

[www.reformapoliticademocratica.org.br](http://www.reformapoliticademocratica.org.br)

[www.congressonacional.leg.br](http://www.congressonacional.leg.br)

[www.plebiscitoconstituente.org.br](http://www.plebiscitoconstituente.org.br)

## Relator da PEC 352/2013, Amin é contra financiamento privado de campanhas

Relator da PEC 352/2013 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o deputado federal Esperidião Amin (PP-SC) conversou com o Zero sobre alguns pontos da proposta que está em andamento na Câmara.

**Zero:** Quais são as principais alterações previstas pela PEC 352/2013?

**Esperidião Amin:** O sistema eleitoral, no caso o circunscricional, é simples, ajuda a reduzir despesas e a distância entre o representante e o representado. Além disso, impede

“caronas” como um Tiririca, que faz um milhão de votos e leva a reboque quatro ou cinco pouco votados.

**Z:** A Comissão prevê a adoção de referendo, plebiscito ou mesmo uma constituinte para a Reforma Política?

**EA:** O referendo é recomendável nos casos de inovações. Exemplos:



Amin: segundo mandato

tipo de financiamento de campanhas.

**Z:** Qual a visão da Comissão sobre a ADI 4650? (Em outubro de 2013, a OAB entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 4650/2013, contra o financiamento de

campanhas por empresas.)

**EA:** Acho que o financiamento de campanhas eleitorais por empre-

sas está “condenado”. Isso vai nos levar, com limitações tão eficientes quanto possível, ao financiamento público e por pessoas físicas.

**Z:** Qual o posicionamento da Comissão frente ao projeto PL 6316/2013?

**EA:** É um conjunto interessante de propostas. Deve ser respeitado e avaliado, mas nunca “sacralizado”. Sou advogado e sou católico, mas não vejo na OAB o mesmo interesse em outras questões morais, como, por exemplo,

ter a curiosidade para saber se o dinheiro que remunera advogados que defendem personagens da Lava-Jato é limpo, ou a preocupação em avaliar cursos de Direito em vez de insistir no exame da Ordem; e tampouco reconheço na minha Igreja a prática de métodos democráticos nas eleições de Bispos, por exemplo, e na proibição de ordenação de mulheres – um absurdo anacrônico e machista.

# Grande número de partidos não significa diversidade ideológica

Maior interesse é eleitoreiro, diz professora da UFSC

O que interessa é se o partido tem viabilidade para ser governo, não pode ser apenas moeda de troca". Foi o que o vice Procurador Geral Eleitoral, Eugênio Aragão, disse sobre o aumento do número de partidos políticos no Brasil durante a audiência da Comissão Especial da Reforma Política, em Brasília, no início do mês. Atualmente existem 32 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mais duas estão na listagem dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e esperam a homologação no TSE. Há também outras em fase de organização ou recolhimento e validação de assinaturas – etapa que antecede o registro definitivo no TSE.

Para a assistente social e professora do curso de Serviço Social da UFSC, Vania Manfroi, a disputa pelo poder contribui para as divergências partidárias e o aumento do número de siglas. Manfroi acredita que "o interesse eleitoreiro está acima dos debates das questões centrais da sociedade". Outro motivo, segundo a advogada especializada em Direito Eleitoral, Karina Kufa, seria a ausência de regras que controlam a existência dos partidos. Isso faz com que permaneçam registrados, mesmo sem muita participação po-

lítica. O fundo partidário também seria uma razão para a criação de novas legendas.

Cada partido político registrado no TSE tem direito, de acordo com a Lei 9.096/95, ao fundo partidário. O dinheiro é repassado mensalmente

## O Congresso aprovou R\$ 867,5 milhões para o fundo partidário

às agremiações e provém da União e da arrecadação de multas do TSE. No dia 17 de março, o Congresso Nacional aprovou o orçamento de R\$ 867,5 milhões para o fundo partidário de 2015. O valor é três vezes superior à proposta inicial do governo, de R\$ 289,5 milhões.

Manfroi acredita que o pluripartidarismo representa diferentes projetos de sociedade. Mas os discursos eleitorais, as propostas programáticas e o contato com as bases tornaram-se mais um artifício de marketing e menos uma representação do pensamento hegemônico do partido. "A burocracia se sobrepõe às propostas democráticas."

A professora também ressalta a fragmentação de interesses entre os partidos: cada um defende os segmentos que prioriza, como evangélicos, ruralistas, entre outros.

Ainda assim, gritos de "sem partido!", foram recorrentes nas manifestações de junho de 2013 e março deste ano. Manfroi explica que a crise de representatividade é reforçada, principalmente, por uma campanha midiática que associa os partidos e os políticos no Brasil à corrupção. Para ela, outros motivos também contribuem para esse posicionamento: "o Partido dos Trabalhadores (PT) não sustentou sua proposta de governo. Também houve um crescimento do pensamento conservador, aumento da fragmentação dos movimentos sociais; os partidos de esquerda não conseguiram manter uma relação com as bases". Karina Kufa também partilha da ideia e faz uma crítica: "É satisfatório ver as pessoas se organizando para pleitear direitos e indagar insatisfações. Só precisam conhecer mais a sistemática legislativa e a história do país para maior legitimidade em seus pleitos."

Anaira Sarmento  
anairasarmiento@gmail.com

Cintya Ramlov  
cintyaramlov@gmail.com

## Novas siglas diferem em projetos políticos

### "Endireitando" o Brasil

Ainda que o Partido Militar Brasileiro (PMB) busque assinaturas para o registro oficial no TSE, seus correligionários podem escolher os números da futura sigla por enquete na web: 18, a idade do alistamento militar obrigatório; 38, o calibre da arma; ou 64, em homenagem à "revolução democrática." Eleito pelo Partido da República (PR) de São Paulo, o Deputado Federal Capitão Augusto articula, desde 2004, a criação do PMB – formado por militares e civis, auto-declara como "a solução para endireitar o país". O partido se mantém apenas com doações de militantes e apoiadores. Segundo presidente do PMB em Santa Catarina e militar da reserva, Lenildo Machado, a maioria dos militantes é civil que "querem alguma coisa diferente, e se colocam como de direita."

Apesar do nome e orientação política, membros da sigla são contra os pedidos de intervenção militar de alguns manifestantes do dia 15 de março. "O que nós queremos da parte militar é o respeito as instituições, à sociedade, ao direito de maioria" afirma o militar. Preferem não declarar apoio a questões polêmicas como legalização das drogas, aborto ou pena de morte, argumentando: "é uma discussão para o povo brasileiro." Lenildo Machado estima que o PMB esteja perto de conseguir as assinaturas necessárias para o registro. Se homologada até outubro deste ano, a legenda poderá lançar candidatos às eleições de 2016.

### Um novo partido liberal

Quando conheceu a página no Facebook do Partido Novo, em 2011, Alexandre Paiva, microempresário de Florianópolis, decidiu ajudar na campanha de coleta de assinaturas da sigla, concluída em julho do ano passado. O processo aguarda homologação pelo TSE.

O Novo prefere não se enquadrar em uma corrente ideológica, mas suas ideias fletam com o liberalismo. "Nós acreditamos que o estado, quanto mais enxuto, melhor para o cidadão". Programas sociais como o Bolsa Família não são barrados, mas o partido critica o método de execução.

A ideia de criar o partido surge em 2010, a partir de "cidadãos insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos", conforme o site do Novo. O site vende objetos com a marca do partido, que aposta na internet para realizar as futuras campanhas eleitorais com menor custo financeiro.

Sobre reforma política, Paiva afirma ser necessária, mas contesta propostas como financiamento público de campanha. Uma das propostas do Novo é abrir mão do fundo partidário e utilizar sua parte do recurso em "trabalho massivo de marketing anti-fundo partidário."

Para os militantes do Novo, o Estado não deve interferir em relação ao uso de drogas, união homoafetiva e aborto. Porém, são contra que o procedimento seja realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

### Piratas da política

Em 2006, na Suécia, militantes por direitos na web e contra leis de copyright concluíram que a maneira de alcançar seus objetivos era a fundação de um partido político. Hoje, o Partido Pirata da Suécia têm dois membros no Parlamento Europeu – é ativo em 60 países. Em 2013, os Piratas brasileiros conseguiram o registro civil no TRE e trabalham na coleta de assinaturas para a homologação.

O Partido acredita que a defesa dos direitos online do cidadão é seu diferencial. "A gente defende coisas que outros partidos não defendem, como a internet livre, a privacidade do usuário." Os piratas não se identificam com uma ideologia política específica. Suas ideias são pautadas por 18 cláusulas péticas, como a igualdade de gênero, o Estado Laico e a neutralidade da rede.

Analista de sistemas e primeiro secretário dos Piratas no Rio Grande do Sul, Ederson Brilhante, afirma que o Marco Civil da Internet não mantém a neutralidade de rede e tem brechas favoráveis às operadoras de telefonia e internet.

A sigla não apoia o governo e é a favor de reforma política e financiamento público de campanhas. Defende o fundo partidário, "mas não o absurdo que tem hoje", explica o secretário, "apenas que cubra os custos burocráticos do partido", conclui.



## Como montar um partido político

**1** Um grupo composto por no máximo 101 pessoas elabora o estatuto e o programa do partido. Elas não podem ter direitos políticos restritos. Devem ter residentes em no mínimo três estados do país

**4** Obtido o número mínimo de assinaturas, o partido em formação constituirá seu estatuto definitivo, seus dirigentes nacionais, estaduais e regionais e poderá registrar-se junto ao TSE.

**2** Os fundadores encaminham o estatuto e o programa para o TSE, que registra os dados de todos os participantes e faz o registro civil do partido

**5** O TSE homologa o registro do partido. Ele passa a receber os recursos do fundo partidário. Em fevereiro de 2015 o último partido registrado, Solidariedade, recebeu R\$ 698 mil da União.

**3** Os militantes buscam assinaturas de eleitores em todo o país. O número necessário corresponde a 0,5% dos votos para a última eleição da Câmara de Deputados. Costuma ser entre 480 e 500 mil assinaturas.



Fonte: TSE/ Lei 9096/95

# Operários também são chamados de ladrões

Na Transpetro do estado, existe o risco de demissões e venda de navios em dois anos

No começo de março, a diretoria da Petrobras anunciou que venderia US\$ 13,7 bilhões em bens e negócios nos próximos dois anos – como resultado de um plano de desinvestimento. Duas semanas depois, foi noticiada a intenção da Transpetro, subsidiária da estatal, em vender 23 dos seus 53 navios. Em meados de fevereiro, uma metalúrgica, que presta serviços para a petrolífera nacional em Itajaí, demitiu 450 dos seus 540 funcionários.

As três medidas são consequências da Operação Lava-Jato e, somadas aos escândalos, à consequente crise financeira e às trocas nos cargos de direção, resultam em profissionais apreensivos em relação ao futuro da estatal. Apesar da rotina não ter mudado, já que não houve demissões ou corte nos salários, o sentimento de orgulho de trabalhar na maior empresa do país ficou abalado.

A atual situação da Petrobras é delicada. Não foi especificado ainda o que será feito para atingir o valor estipulado do desinvestimento – que seria entre US\$ 5 e US\$11 bilhões num prazo de cinco anos. A única informação divulgada é de que 40% do valor total virão da área de Gás e Energia, enquanto o Abastecimento e a Exploração e Produção no Brasil e no Exterior, ficarão responsáveis por 30% cada uma. Para o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (SindiPetro PR/SC), Mário Dal Zot, essa indefinição fez com que os funcionários ficassem cautelosos em relação ao próprio futuro dentro da empresa. Ele questiona se os negócios da companhia serão vendidos ou descontinuados. Essa indefinição



Flores: não acredita na demissão



A Petrobras estatal foi um dos principais temas defendidos no ato organizado pela CUT na sexta 13

põe uma interrogação na continuidade do emprego dos trabalhadores. Para quem trabalha em Santa Catarina o anúncio causa ainda mais ansiedade. Os quatro terminais que existem no estado – São Francisco do Sul, Guaramirim, Itajaí e Biguaçu – são da Transpetro, responsável pelo abastecimento do Sistema Petrobras e, portanto, uma das áreas que sofrerá com o plano de desinvestimento. E, para tornar o ambiente ainda mais pesado o ex-presidente da subsidiária, Sérgio Machado, indicação de Renan Calheiros, foi acusado de repassar uma parte dos contratos da empresa para o senador. Atualmente a companhia é presidida interinamente por Claudio Campos. A falta de informação sobre as vendas do próximo biênio deixa espaços para especulações. Desde as mais alarmantes, como uma

possível venda da Transpetro, até a venda de quase metade dos navios da subsidiária. Esta última foi bastante noticiada, mas Dal Zot diz que há dúvidas sobre a eficácia já que, se vender os navios, a empresa teria que alugá-los de volta. Desta forma bens ativos seriam transformados em custos.

Um técnico da empresa, que pediu para não ser identificado, diz que não há

**“Os funcionários devem fazer tudo para defender a reputação da empresa”**

nenhum encaminhamento concreto, alguns projetos estão travados, e que essa incerteza na continuação dos trabalhos deixa os trabalhadores inseguros. Ele conta que o adiamento no repasse da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), no final de 2014, foi o suficiente para gerar um desconforto entre os funcionários. A PLR depende do balanço dos três primeiros trimestres do ano – os resultados do terceiro trimestre

de 2014 foram adiados por causa das investigações da Lava-Jato. O pagamento ainda não foi efetuado, mas a companhia antecipou uma parcela do 13º salário para compensar os empregados. Ainda segundo este técnico, a falta de recursos para novos projetos e a ausência de perspectiva faz com que os profissionais tenham medo de serem demitidos ou transferidos.

Dal Zot explica que os funcionários terceirizados correm mais riscos de demissão – como os 450 contratados por uma metalúrgica em Itajaí, anteriormente citados. Já quem tem contrato direto com a Transpetro é mais provável que seja transferido.

O operador Adriano Flores, que trabalha na Transpetro há 12 anos, acredita que não corre o risco de perder o emprego.

Para ele, a área de abastecimento tem uma importância logística e não deve passar por transformações profundas. Flores explica que uma das consequências que sentiu graças ao mau momento pelo qual a empresa passa foi ouvir insinuações de que também estava participando dos esquemas apenas por trabalhar na Petrobras. “Não sei se por raiva, ódio ou má-fé, algumas pessoas acabam chamando a gente de ladrão porque trabalha na Petrobras. Não pode ser assim, não dá de misturar o joio e o trigo”. Flores acredita que os funcionários devem fazer tudo para defender a empresa.

Para Dal Zot, o fato de as denúncias de corrupção receberem mais atenção do que as notícias positivas abala o orgulho dos profissionais. Em 2014, a petrolífera bateu recordes de produção de derivados e, em janeiro, tornou-se a maior produtora de petróleo do mundo entre empresas de capital aberto. Dal Zot acredita que resgatar o orgulho de trabalhar na Petrobras será um dos principais desafios da companhia.

Além do orgulho ferido, existe um sentimento de que a crise é necessária. Os funcionários estão esperançosos de que os escândalos servirão para acabar com a corrupção dentro da empresa. Nas conversas durante os intervalos, o assunto mais discutido é a

Rômulo Vieira  
romulogvieira@gmail.com

Divulgação Petrobras



Redução

# UFSC toma precauções para lidar com cortes

MEC perde R\$ 586 milhões mensais; Universidade segura gastos e libera recursos apenas para projetos fundamentais

Aprovada no dia 18 de março, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 é a esperança de acabar com a limitação de gastos a que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e diversas instituições de ensino pelo país foram submetidas no começo de ano. O Projeto de Lei nº 13/2014 ainda precisa da sanção presidencial para ser oficializado. Por isso, ainda há um receio, na UFSC, de que o contingenciamento continuará e de que será preciso aguardar a publicação da LOA para poder estudar o orçamento aprovado - e, só então, tomar qualquer iniciativa.

A presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse, prometeu esforços por uma "Pátria Educadora", mas esbarrou no atraso do

Congresso Nacional em aprovar o orçamento de 2015. A votação deveria ter sido feita três meses atrás, mas por conta de problemas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) acabou adiada, causando um controle rígido das finanças - garantido pela Constituição em casos como esse. O Governo Federal, até que saia o novo orçamento, permite o gasto para despesas não prioritárias de 1/12 do valor total do ano anterior.

A situação se agravou depois do decreto 8389/2015, lançado em janeiro. Neste documento, o mesmo valor teve que ser dividido em 1/18 por mês. A redução de 33% fez com que o Ministério da Educação (MEC) perdesse R\$ 586 milhões mensais e, por consequência, acabou atingindo as universidades e institutos federais. Com o corte, houve atrasos no custeio das atividades básicas e dos contratos com empresas terceirizadas.

Na UFSC, a reitoria garantiu que não enfrenta maiores problemas devido à cautela adotada desde o fim de 2014, já prevendo uma possível diminuição no volume de recursos destinados à universidade. Segundo o Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, Antônio Cezar Bornia, a UFSC não teve dificuldades pois procurou liberar apenas o estritamente necessário naquele momento. Para ele, o impacto foi

pequeno comparado às outras universidades, mas, ainda assim, algumas ações serão executadas somente no segundo semestre.

A Diretoria-Geral de Comunicação confirmou que as bolsas continuam sendo pagas e os programas de permanência são administrados dentro do previsto. Foram adiadas as despesas de obras e projetos que ainda não haviam sido contratados e mantidas as negociações com seus fornecedores. Somente o imprescindível foi empenhado para registro da despesa.

Ainda sentindo o efeito dos cortes e com problemas em pagar suas contas de água e luz, a Uni-

## A incerteza deve continuar, pois o momento é de austeridade financeira

versidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) também foram obrigadas a reduzir seus gastos com funcionários. A prioridade nessas e em diversas outras instituições de ensino tem sido a de garantir as bolsas estudantis e os projetos acadêmicos.

Mesmo antes do arrocho financeiro, algumas já vinham sofrendo para honrar o pagamento de contratos e assegurar a manutenção da infraestrutura de salas, laboratórios, bibliotecas e restaurantes universitários. No campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as aulas só começaram no dia 16 de março. A causa foi a falta de pagamento a funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza e pela segurança.

Mesmo em menor escala, o contingenciamento atual na UFSC pode ter disfarçado a principal adversidade apontada pelo diretor do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Felício Margotti. Ele explica que não é apenas um problema de orçamento - e sim de má gestão. Os centros acadêmicos vêm dobrando de tamanho nos últimos anos e isso não tem sido levado em conta, principalmente quando, para Margotti, falta transparência nos critérios da divisão dos recursos repassados.

"Nunca sei quanto nós vamos ter e quanto vamos poder gastar para comprar equipamentos, às vezes essenciais para determinadas disciplinas", diz. O seu receio é de

Thiago Ghislandi/Zero



Reitoria previa contenção de despesas e desde o final de 2014 já administrava repasse de verbas

que as dificuldades financeiras ao longo de 2015 escondam a inércia da administração da universidade. Ele cita dois exemplos: o contrato para intérprete de Libras que, por opção da Pró-Reitoria de Administração, não foi renovado, causando a suspensão de disciplinas; os professores se negam a dar aula quando há um aluno deficiente auditivo sem um intérprete na sala.

O outro caso trata da reforma elétrica de um dos prédios do CCE, com mais de 65 anos de fundação. "A fiação está cheia de 'gambiarrias'. Essa reforma era para ter sido feita em 2013, com o dinheiro já reservado na época, mas foi engavetada", conta Margotti. Na relação de obras de 2015, não há qualquer menção ao conserto do sistema elétrico. Em vez de licitar tudo

para esse ano, a opção foi apenas melhorar a parte de acessibilidade, segurança e prevenção a incêndios, com as obras acontecendo durante as aulas.

Em Blumenau, transparência foi a palavra adotada pelo reitor do Instituto Federal Catarinense (IFC), Francisco José Montório Sobral. Em nota aos funcionários, ele fez um pedido aberto para economizar ao máximo os gastos, como diárias e passagens, pois a previsão é de risco no equilíbrio das contas.

Ele sente que seguramente haverá dificuldades ao longo do ano, mesmo após a aprovação da LOA.

Para Felício Margotti, ainda hoje aparecem as mesmas dificuldades de anos anteriores, quando o orçamento estava garantido na UFSC. "Nos últimos anos não houve problema de recursos, pelo contrário; não foram poucas as vezes que a universidade chegou ao final do ano e teve que comprar ou pegar carona em licitações para não ter que devolver dinheiro". Ele evidencia o sistema falho de repasse do MEC, segundo o qual, quanto mais rápido uma instituição gasta o dinheiro, mais eficiente ela parece ser. Assim, para as universidades

que não gastam todo o montante, a leitura que se faz é de que elas não precisam de todo aquele valor. "É um sistema perverso", avalia o diretor do CCE.

Mesmo que o ano seja de contingenciamento das despesas, o governo federal estabeleceu como prioridade aumentar os investimentos na educação. O orçamento previsto para a área no ano de 2015 será de R\$ 101,3 bilhões - um acréscimo de R\$ 19 bilhões em relação ao ano de 2014, para uma pasta, por enquanto, sem ministro e sem um possível substituto.

Leonardo Franzoni  
leonardofranzoni89@gmail.com

## Proplan gerencia e fiscaliza o repasse de recursos

O orçamento da UFSC é definido anualmente pela Lei Orçamentária, aprovada pelo Congresso Nacional. Os recursos são alocados para ações específicas como manutenção e assistência estudantil. O orçamento é liberado aos poucos pelo Governo Federal, de acordo com a disponibilidade de recursos.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan) solicita aos setores da UFSC o planejamento das necessidades a cada ano e os analisa. No caso da existência de recursos, essa programação é inserida na previsão de despesas. Caso não haja recursos suficientes, o setor é informado para que o planejamento seja refeito.



Thiago Ghislandi/Zero

# Nas escolas, política também não é unanimidade

Projetos buscam inserir o tema nas salas de aula por conta própria e de diferentes formas

Nas manhãs de quinta-feira, logo após o recreio, os alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Simão José Hess, no bairro Trindade, em Florianópolis, discutem temas como pobreza, mortalidade infantil, igualdade de gênero e sustentabilidade. O debate se dá na aula de inglês, mas não é a professora quem comanda. Durante 50 minutos, os estudantes de graduação Maíke Zehetner, 20 anos, e Andrés Arango, 22, são os novos professores da turma. Maíke é alemã; Andrés, colombiano.

“Esse é um dos poucos espaços que a gente tem aqui na escola para discutir esses assuntos. A maioria dos professores segue o conteúdo, não vão falar do que está acontecendo no país, por exemplo. Mas aqui a gente comenta”, conta Beatriz Costa, 18 anos. A estudante é mais velha que os colegas de classe, de 15 e 16 anos, e votou pela primeira vez nas últimas eleições. Sem orientações dos pais, ela acredita que, com mais discussões na escola, como a realizada semanalmente pelos intercambistas, seu voto poderia ter sido mais consciente.

Durante a aula que o *Zero* acompanhou, Maíke e Andrés trouxeram cópias de notícias publicadas em jornais brasileiros — sobre a presidenta Dilma, sobre a demissão do Ministro da Educação, sobre economia e meio ambiente. A ideia era que os alunos se reunissem em grupo, discutissem o assunto e apresentassem suas conclusões para a turma. A atividade se repetirá com os estudantes do 9º ano.

O projeto na Simão José Hess, realizado em parceria com uma entidade estrangeira, é uma tentativa de trazer, através de iniciativas próprias e integradas a disciplinas já obrigatórias, discussões de temas relacionados à política e à cidadania para seus alunos de 12, 15, 17 anos. “De maneira direta ou indireta, a política sempre esteve presente na escola pública. Como trabalhar uma disciplina como História sem adentrar em aspectos da política?”, diz Elizabeth Farias da Silva, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSC. O que se debate, hoje, é como trabalhá-la em sala de aula.

Às vezes, é o Estado quem tenta impor a forma de discussão. O Senado aprovou, em setembro de 2012, projeto de lei que torna obrigatória nos currículos escolares a inclusão das disciplinas Cidadania Moral e Ética, no Ensino Fundamental, e Ética Social e Política, no Médio. De autoria do então senador e atual deputado federal Sérgio Souza (PMDB-PR), o projeto seguiu para análise na Câmara dos Deputados, mas até hoje, dois anos e meio depois, não foi votado.

Em sua justificativa, Souza defende que “a proposta irá oferecer aos jovens os primeiros contatos com as noções de democracia, sem caráter ideológico, ensinando-o [sic] a construir seu pensamento político por sua própria consciência”.

O Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e educadores discordam da inclusão das matérias. Primeiro, porque causariam uma sobrecarga ainda maior de conteúdos obrigatórios, reclamação recorrente dos professores; e segundo, porque reacenderiam uma discussão que resgata exemplos já superados — no caso, as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP), dos tempos da



Alunos da EEB Simão José Hess discutem assuntos divulgados na imprensa e mostram suas conclusões para a turma

ditadura militar.

Instituídas por decreto em 1969, as matérias foram incluídas no currículo de todas as escolas do país. No texto que as criou, os ministros da Marinha da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar; autores do decreto, afirmaram que a EMC tinha por finalidade, entre outros pontos, “a defesa do princípio democrático” e “o aprimoramento do caráter, com apoio na moral” — fundamentos que ecoam o projeto de lei de Sérgio Souza.

As disciplinas impostas pela ditadura perderam força ao longo dos anos, até sua extinção oficial em 1993. Três anos depois, o MEC, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que orienta os professores de todo o país na busca de novas abordagens e metodologias para construção dos currículos escolares, condenou-as por terem sido marcadas por um “caráter negativo de doutrinação”.

Os Parâmetros também elencaram os chamados “temas transversais”, que atravessam os diferentes campos do conhecimento e devem estar articulados com as disciplinas já existentes, e não substituí-las. A Ética, alvo do projeto de lei do atual deputado federal Sérgio Souza, é um deles. Muitos educadores defendem que valores cívicos, cidadania, noções de convivência, moral e política devam ser ensinados de maneira transdisciplinar.

Foi em parceria com colegas de outras disciplinas que o professor de Geografia do Colégio Vila Olímpia, uma instituição particular localizada no bairro Jurerê, em Florianópolis, criou um projeto para estimular o debate sobre o sistema político brasileiro dentro de sala de aula. Natural de Brasília e filho de funcionários públicos, o professor Rodrigo José de Lima Macedo acreditava que, em virtude das eleições presidenciais, da Copa do Mundo e dos protestos de junho de 2013 — o projeto foi desenvolvido entre agosto e setembro de 2014 —, era necessário abordar o assunto na escola.

Organizado em forma de gincana, o “Eleições Vila”, como ficou conhecido entre os alunos, professores e funcionários da escola, propôs às turmas de 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio que criassem um partido — com nome e logomarca originais — e desenvolvessem propostas para educação, saúde e transporte. Enquanto isso, os professores, em sala de aula, apresentavam os três poderes, os conceitos de direita e esquerda, o

funcionamento do Portal da Transparência, entre outros. “Os alunos vinham com dúvidas, queriam discutir o tema. Alguns, principalmente os de Ensino Médio, começaram a questionar as posições políticas dos pais e tinham argumentos para conversar com eles”, conta o professor Macedo.

Uma simulação de eleições, com direito a voto eletrônico e mesários, finalizou o projeto. Todos — do diretor da escola aos funcionários da equipe de manutenção e limpeza — puderam votar. A turma do 6º ano, representada por Guilherme Ferreira Kindlein, 12 anos, e Denis Marchioro Silva Mendina, 10, foi a vencedora. Para eles, o projeto, além de apresentar conceitos antes desconhecidos, ajudou a perceber que o voto de todos, independentemente da classe social, é importante. Também foi por conta do “Eleições Vila” que, hoje, eles conseguem compreender as notícias quando a

palavra *impeachment* é citada — resgatar o histórico do presidente Collor e entender o porquê dele ter sido deposto foi um dos desafios da gincana.

Educadores alertam sobre a possibilidade de que, ao tratar diretamente de política, os professores possam incorrer em visões político-partidárias. Por isso, associam o ensino ideal do tema dentro de sala de aula

aos conceitos de cidadania, convivência e noção de comunidade. Tais conceitos devem acompanhar o ambiente escolar e dependem necessariamente de quem os ensina. “O grupo de alunos hoje, em seu cotidiano escolar, observa e convive com mais práticas de competição do que de cooperação”, diz a professora Elizabeth Farias da Silva, da UFSC.

O papel das escolas na formação política dos alunos ainda divide educadores de todo o país. Há também a influência dos pais e, cada vez mais, das redes sociais. Vestidos de verde e amarelo, Guilherme Kindlein e Denis Mendina estavam na manifestação do último dia 15 contra a presidenta Dilma Rousseff. Guilherme foi com amigos; Denis convenceu seu pai a acompanhá-lo.



Beatriz Costa (ao centro) defende espaço de debate

**Bruna Carolina**  
brunacarolina.ssilva@gmail.com

**André Picolotto**  
andre.picolotto@gmail.com